

Primeiro de maio de 2018: um edifício de 24 andares no centro de São Paulo pega fogo e desaba em menos de duas horas de incêndio. Cerca de 450 pessoas assistiram sua casa ser consumida pelo fogo antes de se transformar em pó. Marco da arquitetura modernista da cidade, o edifício Wilton Paes de Almeida foi inaugurado em 1968, para ser a sede de uma empresa de vidros, função essa que nunca exerceu. Abandonado por seu idealizador, o prédio foi cedido para o Governo Federal e funcionou como sede da Polícia Federal por cerca de 30 anos. Novamente abandonado, passa a receber moradores de movimentos sociais de luta por moradia, organizados por uma liderança problemática e bem duvidosa.

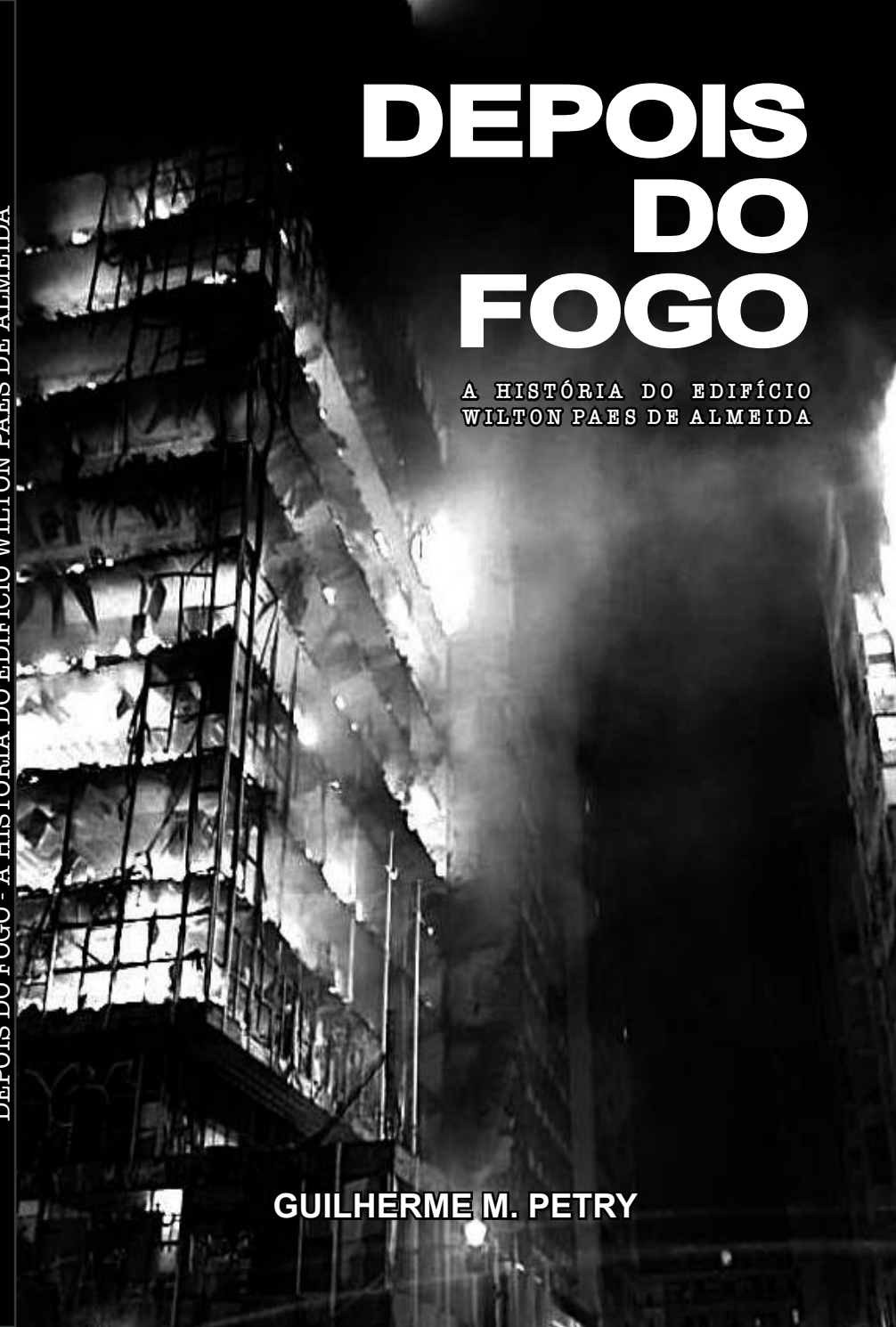
Os anos de abandono são reconstruídos nas páginas deste livro, que de forma investigativa busca encontrar as minúcias que levaram ao incêndio, discute os problemas da falta de moradia na cidade de São Paulo e conta com detalhes cruciais como foi o trabalho de resgate do Corpo de Bombeiros, da Imprensa e do Poder Público.

DEPOIS DO FOGO - A HISTÓRIA DO EDIFÍCIO WILTON PAES DE ALMEIDA

# DEPOIS DO FOGO

A HISTÓRIA DO EDIFÍCIO  
WILTON PAES DE ALMEIDA

GUILHERME M. PETRY



Copyright ©, PETRY, GUILHERME

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistemas eletrônicos, fotocopiada, reproduzida por meios acadêmicos ou outros quaisquer sem autorização prévia do autor.

Foto de capa: reprodução Corpo de Bombeiros de São Paulo.

Diagramação e revisão por Guilherme M. Petry.

PETRY, GUILHERME 1997

Depois do Fogo, a história do edifício Wilton Paes de Almeida  
Guilherme Mercadante Petry, 2020

76 páginas; impresso preto e branco; 197mm x 128 mm.

Reitor: Prof. Manuel Nabais da Furriela.

Orientadora: Profa. Dra. Mayara L. Lobato.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - FIAMFA-  
AM Centro Universitário, Curso de Jornalismo, 2020.

1. Wilton Paes de Almeida. 2. Reportagem. 3. Jornalismo.

I. Petry, Guilherme. II. FIAMFAAM Centro Universitário. III.

Depois do Fogo, a história do edifício Wilton Paes de Almeida.



# DEPOIS DO FOGO

A HISTÓRIA DO EDIFÍCIO WILTON PAES DE ALMEIDA



Este livro foi escrito durante o surto global do  
novo coronavírus (COVID-19)



# CAPÍTULOS

PREFÁCIO	9
LARGO DO PAISSANDU	14
CONSTRUÇÃO	22
OCUPAÇÃO	31
FOGO	40
CORPO DE BOMBEIROS	46
ACAMPAMENTO	52
IMPrensa	60
PODER PÚBLICO	68





## PREFÁCIO

*Primeiro de maio de 2018*

Maio normalmente faz um calor agradável na cidade de São Paulo, com exceção dos dias chuvosos, em sua maioria, os dias são claros, arejados e as ruas ficam bem iluminadas até mais tarde. Mas, mesmo durante a tarde, o dia primeiro de maio de 2018 foi um dia quente e escuro.

Primeiro de maio é feriado. Dia do Trabalhador. Uma homenagem ao dia primeiro de maio de 1886, quando operários de uma fábrica de Chicago nos Estados Unidos conseguiram a redução da sua carga horária de 17 para 8 horas por dia.

Cheguei em casa por volta das 16h, abri a janela do meu quarto e olhei para rua: o tempo estava esquisito, na época, já morava no centro há quatro anos e nunca tinha visto um dia como aquele. O ar abafado tinha cheiro de pólvora. “Teve jogo de futebol hoje, Pá?”, perguntei à minha irmã.

O cheiro de pólvora quando tem jogo de futebol acontece por causa dos fogos que alguns torcedores jogam nas ruas para comemorar. Mas esse cheiro de fogos dos dias de futebol não chegava nem perto do cheiro que eu sentia. Era forte a ponto de agredir as narinas. “Não é futebol, terça-feira nem tem jogo”, concluí.

Ainda confuso voltei à janela, e só fui me dar conta da gravidade da situação quando olhei para frente e vi uma nuvem de fumaça preta que calmamente se movia no céu. A nuvem negra de fumaça parecia estar a menos de um quilômetro de distância da minha janela. Embora não concorde com o uso de fogos, nesse momento eu preferi estar sentindo cheiro deles.

A essa altura, às quatro horas da tarde, que mais pareciam oito da noite, o G1, portal de notícias da Globo, já tinha publicado mais de sete matérias sobre o incêndio e queda de um edifício no centro de São Paulo.

A notícia em destaque era a respeito do edifício Wilton Paes de Almeida, no Largo do Paissandu, que pegou fogo e desabou na madrugada daquele Dia do Trabalhador. O fogo que começou por volta das 1h30 foi tão forte que o edifício desabou depois de pouco mais de uma hora de incêndio, por volta das 2h50.

O edifício Wilton Paes de Almeida foi inaugurado em 1968 para ser a sede da Companhia Comercial de Vidros do Brasil (CVB), além de outras empresas da família de políticos e empresários Paes de Almeida. Mas o prédio foi abandonado. Alguns anos depois da sua inauguração passou a ser propriedade do Governo Federal. Se tornou sede da Polícia Federal e do INSS até 2003, quando ficou vazio e passou a ser ocupado por movimentos sociais.

O prédio era vizinho da Igreja Evangélica Luterana de São Paulo, também conhecida como Igreja Martin Luther, também ficava de frente para a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e para o Shopping Grandes Galerias, conhecido entre os paulistanos como Galeria do Rock.

Devido à urgência da informação, as primeiras notícias publicadas pelo portal não traziam informações concretas. Em muitos casos nem citavam que no prédio havia uma ocupação. Só fui me dar conta do acontecimento no dia seguinte, quando tive maior curiosidade sobre o caso. Foi quando percebi que aquela fumaça vinha de um dos edifícios mais curiosos do centro de São Paulo.

Desde que cheguei a São Paulo, observei esse edifício de camarote algumas vezes, pelo menos em todas as que fui à Galeria do Rock. Da vista das sacadas da galeria, o que mais me chamou atenção foi sempre o edifício: gigante e imponente, mas caindo aos pedaços, coberto por pixações e vidros quebrados. Entre as pixações, 666 em branco, na vertical e com um traço grosso que ocupava grande parte do centro da fachada.

Observar o Edifício Wilton Paes de Almeida era desconfortável. Não por sua pixação satânica, mas pelo estado do edifício. Vendo de fora, não imaginava que aquela construção com cara de filme pós-apocalíptico era na realidade o verdadeiro apocalipse por dentro. Depois de algumas vezes de desconforto passei a cultivar um certo carinho pela edificação. Seu aspecto pandemônico era curioso.

Um dia decidi percorrer de bicicleta a ciclovía da minha rua inteira, acompanhando seu fluxo e ignorando as interrupções pelo caminho (que são muitas), quando cheguei no bairro Barra Funda já era hora de voltar. No centro, o caminho para casa não tinha ciclovía. Um pouco perdido, entrei na Rua Antônio de Godói e a paisagem mudou drasticamente.

A luz do sol que tinha me acompanhado durante a viagem toda não entrava na primeira quadra da rua, por ser estreita e com prédios altos em ambos os lados. Desviei de pessoas atravessando a rua que pareciam não me ver indo em suas direções e olhei para frente. Identifiquei o prédio, que nunca tinha visto daquele ângulo.

De perto era ainda mais desconfortável, o cenário era definitivamente pós-apocalíptico. A sensação desconfortável rapidamente se tornou uma preocupação desesperadora. As pessoas na calçada não estavam nada bem e o prédio muito menos.

Na calçada do edifício Wilton Paes de Almeida havia diversas pessoas dormindo, algumas em colchões outras no chão, mas todas dormindo junto ao lixo. São Paulo não é, nem de longe, uma cidade limpa, mas aquela quadra parecia realmente abandonada.





## CAPÍTULO 01

### *Largo do Paissandu*

A Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos é umas das primeiras construções do Largo do Paissandu que ainda está por lá. A igreja foi construída quando o local ainda não tinha ruas definidas e era, majoritariamente, desabitado. No entanto, a atual Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos que fica no centro da praça do Largo do Paissandu, de frente para a Avenida São João e a Galeria do Rock é uma reconstrução.

A primeira Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos foi construída no Largo do Rosário (hoje conhecido como Praça Antônio Prado), que é uma praça próxima a Catedral da Sé, marco central da cidade. Atualmente a região da Praça Antônio Prado é principalmente ocupada por edifícios comerciais, restaurantes e comércios diversos. O tráfego na região da praça é exclusivo para pedestres, mas é comum ver policiais militares a cavalo além de vans e carros da corporação. A praça fica entre as ruas São Bento, João Brícola e Quinze de Novembro.

Não há registros concretos de quando a igreja foi inaugurada ainda no Largo do Rosário. Mas sua construção se dá após 1728, quando a Câmara de São Paulo atendeu a um pedido da Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos e cedeu o terreno, no alto de uma colina, para que fosse construído uma igreja católica para os escravos, que já demonstravam devoção e fé no local. A construção ficou sob responsabilidade do ermitão Domingos de Melo Ta-

vares, que durante cerca de 2 anos, pediu esmolas e recebeu ajudas de religiosos em Minas Gerais. Domingos conseguiu juntar dez mil cruzados, o suficiente para a construção do prédio, já que contaria com mão de obra escrava para o trabalho. Acredita-se que a igreja tenha sido inaugurada em 1737.

Durante o período de escravidão no Brasil, os negros e escravos eram proibidos de frequentar a mesma igreja frequentada por brancos descendentes de europeus, mas ao mesmo tempo, era proibido que praticassem cultos religiosos tradicionais de seu povo. Por esse motivo, foi fundada em meados do século XVI a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, que teoricamente teria exclusividade em abrigar escravos e negros, para o culto católico.

Sendo assim, os negros vindos da África, mesmo com suas próprias crenças, viam-se sem opção e eram obrigados a se juntar a irmandade dos negros, para o culto religioso. Por esse motivo, ainda hoje, é comum ver ao redor das igrejas da irmandade dos negros, oferendas e práticas religiosas originárias de povos africanos. As igrejas da Irmandade dos Homens Pretos são igrejas católicas, mas com forte influência e presença de práticas de religiões africanas.

A igreja do alto da colina, construída para abrigar o povo negro foi umas das primeiras igrejas da irmandade dos negros no Brasil, e mesmo assim, foi demolida em 1904, para que fosse dado início ao projeto de expansão e urbanização da região. Esse projeto de expansão, no entanto, foi exclusivamente motivado por fatores políticos da época.

Em 1852, o vigário, religioso responsável pela igreja, Joaquim Machado Gonçalves Cavalheiro ordenou que os cultos deveriam ser realizados em ruas ao redor, como a Rua João Bricola e a Rua da Boa Vista, que ficam mais distantes da praça. A ordem foi dada a pedido dos moradores da região, que se incomodavam com os cultos dos negros.

Já em 1901, com objetivo de estabelecer e fortalecer relações políticas com o atual prefeito Antônio da Silva Prado, o vereador Olavo Egídio, apresentou sua ideia de expandir o Largo do Rosário, com o alargamento da praça. Para isso, seria necessário a desapropriação dos prédios do largo, inclusive o da igreja.



A Prefeitura negociou com a Irmandade dos Homens Pretos, uma recompensa de 250 contos de réis, além de um pequeno território, em um local ainda pouco habitado, a cerca de 600 metros de distância do Largo do Rosário. A Igreja foi demolida em 1904, e o Largo do Rosário passou a ser chamado pelo seu nome atual. No mesmo ano, as obras da reconstrução começaram no Largo do Paissandu.

Cerca de 50 anos atrás, o Largo do Paissandu era chamado de Praça das Lagoas, devido a presença de um conjunto de riachos e lagoas, que se espalhavam pela região. Em homenagem a Batalha do Paysandú, precursora da Guerra do Paraguai, a prefeitura de São Paulo decidiu que o local, que contava com inúmeros rios fosse aterrado e terraplanado, além de rebatizado, como Largo do Paissandu.

Devido a problemas com o solo recém aterrado e terraplanado, a construção da igreja teve que superar desafios gerados pela forte e rápida alteração física do terreno. Por esse motivo, demorou alguns anos para ser concluída. Em abril de 1906, a nova igreja já estava de pé, mas seu primeiro culto ainda demorou mais dois anos para acontecer e a igreja foi finalmente inaugurada em 1908.

Outro edifício marcante que passou a integrar a paisagem do Largo do Paissandu na mesma época foi a Igreja Evangélica Luterana de São Paulo, que começou a ser construída em 1907. A comunidade luterana chegou em São Paulo com a vinda de imigrantes alemães para o Brasil. O primeiro culto da comunidade luterana em São Paulo foi feito inteiro na língua alemã em 1858. Em 1907 a comunidade já contava com 150 membros e a construção de sua primeira igreja só foi possível depois que os irmãos empresários Daniel e Hermann Heydenreich doaram o terreno para a comunidade.

Construída no estilo neogótico, a igreja foi a primeira paróquia luterana da cidade. O desenho é obra do arquiteto alemão Guilherme Von Eÿe que projetou uma construção com um único pavimento de 465 metros quadrados. Também conhecida como Igreja Martin Luther, a paróquia operou cultos em alemão até 1942, quando o presidente Getúlio Vargas colocou em prática a Campanha de Nacionalização, um conjunto de medidas nacionalistas, entre elas a proibição de se falar, estudar e usar nomes comerciais em alemão, italiano e japonês.

O principal objetivo da Campanha de Nacionalização foi diminuir a influência das comunidades de imigrantes de países do eixo inimigo, que era Alemanha, Itália e Japão. Por motivos políticos, o Brasil se aliou aos Estados Unidos, que fazia parte do grupo de países chamados de Aliança durante a Segunda Guerra Mundial.

Em 1992, no mesmo ano que seu edifício vizinho, o Wilton Paes de Almeida, a Igreja Martin Luther foi tombada pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo. Em 2012 a igreja foi novamente tombada, mas dessa vez por um representante do Estado, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico.

Mesmo antes da Campanha de Nacionalização (1938 - 1986), em 1920, São Paulo já era ponto de atração populacional e de capital de todo o país, chegando em 1930 a marca de 1 milhão de habitantes, tornando-se a principal metrópole do país. Em 1929 foi inaugurado, a 500 metros do Largo do Paissandu, o Edifício Martinelli, primeiro arranha-céu da cidade, com 30 andares e 105 metros de altura.

No início do século XX, o Largo do Paissandu também foi cenário de desenvolvimento cultural na cidade de São Paulo. É comum em diversas cidades do mundo, que artistas, profissionais do circo e da indústria cultural se encontrem nas segundas-feiras, quando normalmente é o dia de folga para quem trabalha nesse mercado.

O movimento dos artistas de São Paulo, no entanto, não começou no Largo do Paissandu. Sua história se confunde com a história da Igreja Nossa Senhora dos Homens Pretos, onde inicialmente começou no Largo do Rosário, atual Praça Antônio Prado e depois passou a ser no Largo do Paissandu.

A principal justificativa para essa mudança foi o desenvolvimento no entorno do largo, principalmente o desenvolvimento cultural da cidade, já que começaram a aparecer circos e com o tempo, cinemas. Durante as décadas de 20 e 30 a região da avenida Ipiranga, Rio Branco, São João, que compõem o Largo do Paissandu ficou conhecida como Cinelândia, pela vasta quantidade de cinemas e por sempre ser frequentado por artistas. De acordo com a Prefeitura, nos anos 60, haviam mais de 30 cinemas nos arredores do largo.

Conhecido como Café dos Artistas, o encontro dos artistas não tinha endereço fixo, mas já funcionou em um bar e restaurante que fica na esquina da avenida São João com a rua do Largo do Paissandu, de frente para a Galeria Olido, como também já foi em frente no seu estabelecimento vizinho, o restaurante Ponto Chic, os criadores do tradicional lanche Bauru.

O bar ainda existe, com outro nome e sem os artistas e embora o centro de São Paulo ainda seja um ponto de encontro de artistas, não é como era durante o auge da Cinelândia. O Ponto Chic continua vendendo Baurus e outros lanches no mesmo local. O bar abria às 11h da manhã, nesse momento já haviam pessoas na calçada. Às segundas feiras o dia ali era agitado. O encontro era tradicional. Durou quase um século. Presença obrigatória para os artistas da época. O escritor e dramaturgo, Plínio Marcos, conhecido por diversas peças de teatro narra sua chegada a São Paulo em seu livro “O Truque dos Espelhos”.

“Cheguei em São Paulo numa tarde fria. Chovia muito. Fui logo pro ponto dos artistas de circo, um bar que tinha no Largo do Paissandu, bem no centrão – aliás, era o único lugar que eu sabia ir nessa grande cidade. Não tinha ninguém conhecido. Era muito cedo pro pessoal do circo dar o ar das suas graças. Me abriguei embaixo da marquise do bar; me encolhi o mais que pude. Fiquei escutando o relógio da igreja bater as horas. Nove. Dez. Onze horas. Meio-dia. Panela no fogo, barriga vazia”, escreve.

Já de acordo com Tito Neto, autor do livro “Minha Vida no Circo” de 1986, os circos e artistas começaram a aparecer na região ainda no final do século XIX, “que acabou virando tradição, dos circenses se encontrarem em seu dia de folga, segunda-feira, num ou em torno de um café”, conta em seu livro.

Tito conta que em uma segunda-feira normal se reuniam no Café dos Artistas uma média de 500 pessoas. Além do encontro social, também eram fechados negócios e contratos de funcionários, serviços, empresários e artistas. O Café dos Artistas acabou na década de 80, conforme os circos foram fechando. Atualmente o encontro dos artistas e profissionais do circo acontece na Praça Roosevelt, que fica a poucas quadras do largo.

Com o desenvolvimento, o Largo do Paissandu passou a ser uma região movimentada, além dos circos e cinemas, também apareceram salões de dança, teatros, bares, hotéis, restaurantes e até estúdios de rádio e redações de jornais da cidade. Um dos primeiros cinemas da cidade foi construído na avenida São João, inaugurado em 1936 como Cine Ufa Palace e depois rebatizado para Cine Art Palácio. O cinema era elegante e luxuoso. O prédio com arquitetura modernista de seis andares também era um hotel, o Plaza Hotel, que existe até hoje. Já o cinema, fechou em 1992.

Outro cinema luxuoso da época foi o Cine Bandeirantes, inaugurado em 1939 onde hoje funciona um estacionamento. Em 1966 o cinema foi comprado pelo empresário Paulo Sá Pinto e passou a se chamar Cine Ouro. O cinema foi um sucesso com sessões históricas que geraram filas enormes na calçada, até perder seu glamour e sobreviver seus últimos anos de vida exibindo filmes pornográficos. O Cine Ouro também foi fechado em 1992, mas deixou seu legado.

Os antigos cinemas de rua da Cinelândia que sobreviveram aos anos 90 exibem filmes pornográficos ou se transformaram em casas de swing. Com exceção do único cinema da Cinelândia que ainda funciona exibindo filmes que não sejam pornográficos, o Cine Ipiranga, que fica no térreo do imponente Marabá Hotel na avenida Ipiranga.

Inaugurado em 1943, o cinema é um marco da arquitetura moderna, que dominava a região, tanto por sua fachada externa como por seu interior. Ele foi comprado pela distribuidora de filmes PlayArte em 1992, mas assim como os outros, também exibiu filmes pornográficos para sobreviver, antes de ser comprado.

A Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, a Igreja Evangélica Luterana de São Paulo, o Cine Ipiranga e o edifício Wilton Paes de Almeida, assim como muitos outros edifícios clássicos da região foram tombados em 1992.





## CAPÍTULO 02

### *Construção*

Antes do Wilton Paes de Almeida, o terreno na esquina da Rio Branco com a Antônio de Godói foi cenário de um luxuoso hotel nos anos 20, 30 e 40, o Hotel Victoria, inaugurado em 1921. O hotel contava com telefones em todos os quartos, característica muito incomum nos hotéis dos anos 20. Além disso, foi reconhecido como um dos mais luxuosos da época, um marco da hotelaria paulistana.

O terreno do hotel foi vendido para os irmãos Elias Assad Júnior e Renato Assad em 1945 por Cr\$ 4.500,00. Mas foi somente em 1951 que a construção do hotel foi demolida. O terreno passou a ser propriedade de Ivonette Yazbek Assad, esposa de Elias, que vendeu a propriedade por Cr\$ 40.000.000,00 em 1960 para Sebastião Paes de Almeida, então ministro da fazenda na gestão de Juscelino Kubitschek, que durou de 1956 à 1961.

Quando a edição número 323 da Revista Acrópole foi publicada, em novembro de 1965, pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), o edifício Wilton Paes de Almeida ainda estava em construção. Nesse momento, já era possível ver a estrutura imponente do edifício, mas pouco se sabia sobre o prédio. A publicação da FAU foi uma das primeiras a trazer informações técnicas sobre aquela construção curiosa que tomava cada vez mais forma, dia após dia. Na revista, foram publicados detalhes técnicos do edifício, bem como a planta dos andares e os desenhos técnicos de sua estrutura. A base principal do prédio foi

construída em concreto armado, que é quando o concreto é instalado dentro de uma armação de aço, grande característica de projetos arquitetônicos do século XX e ainda muito popular até hoje, por ser uma alternativa de alta resistência a compressão do concreto.

O edifício de 24 andares, 70 metros do chão e 12 mil metros quadrados de área construída contava com amplas salas com divisórias flexíveis, modulares e móveis. Os tetos de todo o edifício eram luminosos e contínuos, com um vidro difusor de luz colocado sobre uma estrutura de alumínio, onde ficavam as lâmpadas. Os três últimos andares eram exclusivos para o equipamento e maquinário do prédio, mas por fora foram revestidos com venezianas de alumínio. Acima dos três últimos andares, havia ainda um pequeno heliponto.

Os halls de circulação geral possuíam mármore, aço inoxidável e madeira de Ipê nos pisos. O piso de madeira possuía canaletas por onde poderiam ser passados fios. O conjunto de divisórias móveis e a possibilidade de alterar o padrão dos fios no piso permitia uma arquitetura interna muito flexível. Além disso, o edifício contava com ar condicionado embutido.

Sua fachada inteira de vidro, instalada no padrão “curtain wall” (quando as paredes externas não cumprem papel estrutural, mas estético) e o ar condicionado central embutido, foram as características mais marcantes do Wilton Paes de Almeida, que logo se tornou um grande exemplo de arquitetura moderna na época.

A presença da Igreja Evangélica Luterana de São Paulo ao seu lado, fez com que essas características modernas fossem ainda mais destacadas. O contraste da arquitetura neogótica da igreja com o design moderno e imponente do edifício era visto de longe. A presença do ar condicionado central, que alimentaria o prédio todo, foi uma das principais inovações para a época.

Mas essas características extremamente modernas têm uma justificativa. Projetado pelo arquiteto francês Roger Zmekhol, formado em arquitetura na Universidade de São Paulo em 1952, o edifício foi desenhado sob medida para que fosse ocupado por empresas da mesma família, mas principalmente para abrigar a Companhia Comercial



de Vidros do Brasil (CVB). Por esse motivo, o arquiteto foi responsável por criar ambientes facilmente customizáveis e claro, com uma fachada inteira de vidro, já que a CVB era uma das principais empresas de vidro do país na época.

A construção do edifício foi responsabilidade de Sebastião Paes de Almeida, dono do terreno no Largo do Paissandu e recém ex-ministro da fazenda. Sebastião encomendou a obra para que pudesse instalar além da CVB todas as outras operações empresariais da família Paes de Almeida.

Sebastião é filho de Gregório Paes de Almeida, fundador do Banco Nacional do Comércio de São Paulo (futuramente vendido ao Banco Bamerindus e depois incorporado pelo HSBC na década de 1990). Além de ministro da fazenda, Sebastião também foi secretário da fazenda e da agricultura, diretor do banco de sua família, presidente do Banco do Brasil, deputado federal e até vice-presidente do São Paulo Futebol Clube. O irmão de Sebastião, Wilton Paes de Almeida, trabalhou a vida inteira no banco da família. Quando morreu em 1965, Wilton era presidente do banco. A propriedade de Sebastião, que até então era conhecida como edifício sede da CVB, foi nomeada edifício Wilton Paes de Almeida, em homenagem ao póstumo irmão.

Para ajudar com o projeto do edifício, Sebastião procurou alguém de confiança. Roger e Sebastião já eram conhecidos na época. O arquiteto havia sido responsável pelo projeto da casa na fazenda da família Paes de Almeida. Além disso, em 1961, Roger já era reconhecido como um arquiteto renomado. Aos 27 anos já tinha diversos projetos assinados além de ter recém conquistado o Prêmio Oswald de Andrade do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB). Quando foi contratado para o projeto do edifício da CVB, o arquiteto tinha 33 anos. Roger morreu jovem, em 1976, com apenas 48 anos. Na época, sua filha Denise tinha somente 14 anos.

Pouco se sabe sobre a CVB, mas o pouco que sabemos é suficiente para questionar as práticas empresariais da companhia. Durante os anos 50 a CVB foi três vezes denunciada por monopólio da produção, comercialização e distribuição de vidros.

A primeira denúncia foi feita em 1952 em carta para o presidente da república, assinada por Domingos Lodovici, presidente da Associação Profissional do Comércio Atacadista de Vidro Plano, Cristais e Espelhos do Estado de São Paulo. Na carta, a associação pedia medidas para que não fosse permitido o desenvolvimento do monopólio praticado por Sebastião Paes de Almeida e pela CVB, já que esse monopólio poderia representar o fim dos pequenos comerciantes de vidro.

Dois anos depois, em 1954, o secretário geral do Sindicato do Comércio Atacadista de Vidros Planos, Cristais e Espelhos do Estado de São Paulo, J. Vidigal de Miranda reforçou a denúncia, mas dessa vez direcionada para o ministro da fazenda.

A terceira denúncia foi feita também ao ministro da fazenda e assinada por Fausto Monteiro, presidente do mesmo sindicato, em 1955, somente um ano antes do próprio Sebastião, fundador da CVB, se tornar ministro da fazenda durante o governo Juscelino Kubitschek.

As três cartas, junto com uma longa reportagem sobre o monopólio da indústria do vidro no Brasil foram publicadas no jornal carioca, O Semanário, em setembro de 1959. A reportagem denunciou diretamente o ministro da fazenda da época, Sebastião Paes de Almeida.

De acordo com a dissertação de mestrado “Casa Conrado: cem anos do vitral brasileiro” de Regina Lara Silveira Mello, do Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) a Casa Conrado, uma fabricante de vidros e vitrais fundada por Conrado Sorgenicht, foi comprada pela CVB em 1942. “Com intuito de dominar o trust [mercado] do vidro no Brasil, [a CVB] começou a comprar todas as empresas menores que trabalhassem com este material”, conta a pesquisadora em sua dissertação.

Já segundo o pastor Frederico Ludwig, da Igreja Evangélica Luterana de São Paulo, a queda do Wilton Paes de Almeida danificou cerca de 80% da igreja. “Perdemos os vitrais e um órgão de tubos raro”, diz. Os vitrais da igreja haviam sido produzidos pela Casa Conrado, que também foi a responsável pelos vitrais do Theatro Municipal.

Embora o Wilton Paes de Almeida tenha sido construído para ser a sede da CVB, a empresa de vidros nunca se estabeleceu no prédio e manteve suas operações na rua Conselheiro Crispiniano, 317, endereço que ocupou desde sua fundação, em 1940. O edifício ficou vazio desde sua inauguração em 1968 até 1971, quando recebeu seus dois primeiros representantes da iniciativa privada.

Em janeiro de 1971 o décimo andar além de duas vagas na garagem foram alugadas a Michel C. Johnson pelo prazo de três anos. Neste mesmo ano, também foi alugado à IBM do Brasil o segundo, terceiro, quarto, quinto e sexto andar pelo prazo de quatro anos.

Em 1976 o edifício recebe sua terceira empresa privada, a Companhia Real de Investimento - Crédito, Financiamento e Investimentos (atual Financeira Alfa), que operou no sétimo, oitavo e nono andar por 6 meses, pagando um valor de Cr\$ 56.900,00 por mês de aluguel.

Como forma de pagamento de dívidas com a Receita Federal, Sebastião resolve dar o edifício a Caixa Econômica Federal em 1977. Normalmente, o banco se apropria de bens e imóveis quando o credor não tem como pagar suas dívidas. Mas nesse caso, dinheiro não era um problema, já que Sebastião era filho de uma das famílias mais ricas da cidade, além de ter sido um empresário muito bem sucedido, responsável por um monopólio comercial de vidros e ainda ex-ministro da Fazenda.

Um edifício de somente nove anos de idade, imponente e revolucionário, que homenageava seu póstumo irmão, foi abandonado. Dado para a Caixa como forma de negociação de dívidas. Essas dívidas podem ter sido geradas pelo não pagamento do financiamento feito para a construção do prédio, como também podem ser dívidas sem relação com o edifício.

“A proprietária transmite por dação em pagamento o imóvel a Caixa Econômica Federal, com sede e matriz em Brasília, DF, por sua filial nesta capital, à Praça da Sé, nº 111, pelo valor de Cr\$ 100.361.167,65, com interveniência de Comércio e Indústria Cleogazas, com sede nesta capital”, diz um processo do dia 5 de abril de 1977 presente na Certidão de Matrícula do imóvel.

Nos anos 80 e 90 o edifício Wilton Paes de Almeida foi sede da Polícia Federal (PF) e chegou a abrigar uma agência do Instituto Nacional de Previdência Social (INSS). Por ter sido sede da Polícia Federal, o prédio recebeu visitas de personalidades históricas, como o ex-presidente Fernando Collor de Mello, quando foi investigado sobre um esquema de corrupção que envolvia seu ex-tesoureiro, Paulo Cesar Farias (PC Farias), além de muitas outras personalidades da política nacional.

Foram guardados no prédio, sob vigilância da PF, os arquivos do antigo Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops), um dos departamentos mais cruéis da polícia civil durante a ditadura militar.

O delegado Romeu Tuma foi diretor do Deops durante 1966 e 1983. Mesmo alvo de uma série de denúncias de tortura, morte, abuso e ocultação de cadáveres, Tuma foi senador em 1990 e reeleito em 1994. Durante a presidência de José Sarney, Tuma foi diretor da Polícia Federal.

Adolfo Pérez Esquivel, argentino e vencedor do Prêmio Nobel da Paz, foi preso em 1981 por criticar a Lei da Anistia. Já o mafioso italiano Tommaso Buscetta também ficou preso no edifício de vidro. Em 1985, o delegado Romeu Tuma encontrou a ossada do médico nazista Josef Mengele em Embu das Artes e levou para o prédio. Mengele é famoso por ser um dos responsáveis por selecionar as pessoas que iriam para as câmaras de gás dos campos de concentração de Hitler.

Os amplos salões do Wilton Paes de Almeida, projetados para receberem uma empresa de vidros, receberam, no lugar, presos políticos, que eram torturados ali mesmo, durante os últimos cinco anos de ditadura e o que sobrou dela até 2003, quando ficou vazio mais uma vez.

Em 2003 o prédio da Polícia Federal na Lapa, que estava sendo construído ficou pronto e suas operações foram transferidas para lá. Mas antes de ficar vazio, em 1992 o edifício foi tombado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo. Mesmo ano em que foram tombados muitos outros prédios do Largo do Paissandu.

Nesta época, ainda propriedade da Caixa, que também tinha dívidas com a união, transferiu a posse do imóvel para a

o Governo Federal e em 2003 o edifício foi oficialmente abandonado. “Caixa Econômica Federal, já qualificada, transmitiu, a título de dação em pagamento, a união, o imóvel objeto desta matrícula, pelo valor de R\$ 6.216.768,00”, informa a certidão de matrícula com data de janeiro de 2003.

Logo que ficou sem função, o prédio passou a ser frequentemente assaltado. Tudo que poderia ter algum valor nas feiras do rolo do centro de São Paulo foram roubados. Algumas pessoas em situação de extrema vulnerabilidade, em busca de segurança, aproveitaram o espaço vazio para dormir com pelo menos um teto sobre suas cabeças.

O Governo Federal ofereceu o edifício para a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) para que fosse instalado o curso de direito em 2012. A universidade que buscava uma sede para o curso já há algum tempo recusou a oferta no ano seguinte, alegando ter encontrado muitas irregularidades. A conclusão da universidade foi que, embora tivesse interesse no imóvel, não tinha recursos financeiros suficientes para realizar as reformas necessárias. O curso de direito da Unifesp foi inaugurado em 2019, em Osasco.

Em nota à imprensa, a universidade afirma ter encontrado “alagamento permanente do subsolo; descolamento da empena lateral em relação ao prédio vizinho; descolamento de elementos de revestimento da fachada podendo atingir pedestres; existência de um numeroso patrimônio da Polícia Federal que não foi retirado do local; roubo e depredação de instalações diversas do imóvel; tombamento da fachada e piso; não atendimento das normas dos bombeiros, entre outros aspectos”.

A essa altura, o edifício Wilton Paes de Almeida, já contava com um grande número de ocupantes. Em julho de 2014 o edifício passa por um processo de reintegração de posse, e se mantém vazio, desocupado, sem cumprir função social, até ser reocupado pelos movimentos de moradia dois meses depois.

De acordo com uma reportagem da Folha de São Paulo, o edifício foi a leilão em 2015, o preço mínimo para os lances era de R\$ 21,5 milhões. Ninguém apareceu no leilão. O prédio se manteve abandonado.





## CAPÍTULO 03

### *Ocupação*

A arquiteta Laura Germano Lourenção chegou no trabalho e viu as fotos da ocupação do Wilton Paes de Almeida que sua chefe Márcia Maria Fartos Terlizzi, ex-diretora do Núcleo de Mediação de Conflitos da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) tinha tirado durante o cadastro dos moradores em março de 2018.

Eram poucas fotos, mas já deu pra sentir o terror. A ocupação do Wilton Paes de Almeida não era nada parecida com as ocupações que Laura estava acostumada. A arquiteta de 32 anos, trabalha na secretaria desde 2012. Mas é desde 2015 que tem contato direto com os movimentos de ocupação. Em 2018 foi trabalhar no Núcleo de Mediação de Conflitos, onde Márcia era diretora.

O Núcleo de Mediação de Conflitos foi criado no começo de 2017, em função dos diversos casos de reintegração de posse na cidade. O núcleo é responsável por acompanhar as reintegrações, ações desocupantes ou qualquer outro problema relacionado aos movimentos de moradia.

As fotos que chocaram Laura eram muito significativas, já que essa foi a primeira vez que representantes da SEHAB conseguiram entrar na ocupação, depois de meses de negociação com a liderança. “As ocupações de movimentos de moradia confiáveis a gente [SEHAB] conhecia todos, mas a ocupação do Wilton Paes de Almeida ninguém conhecia. Ninguém sabia direito quem eram as lideranças. A gente não sabia nem até qual andar estava ocupado, quais eram as condições,



muito menos quantas pessoas tinham. A gente não sabia nem com quem falar”, explica Laura.

No começo de 2018, na época prefeito da cidade de São Paulo, João Dória, que já demonstrava interesse em participar das eleições para governador do estado, acionou a Secretaria Municipal de Habitação para que o Núcleo de Mediação de Conflitos começasse o processo de desocupação urgente do edifício Wilton Paes de Almeida. Dória ignorou o planejamento de trabalho da secretaria e ordenou que a desocupação fosse feita com prioridade.

“Ele estava obcecado. Colocou na cabeça que ia tirar aquelas pessoas de lá, queria porque queria tirar a ocupação de lá, queria de todos os jeitos. Ele queria reformar o prédio e entregar para a secretaria de educação. Mas era um prazo absurdo. Ele queria que o prédio tivesse vazio em até um mês, no máximo um mês e meio. Tivemos que adiar nosso planejamento porque ele estava realmente obcecado. Foi uma bagunça!”, comenta Laura sobre o desespero do prefeito em retirar as pessoas da ocupação.

Quando uma ocupação vai passar por um processo de desocupação, a SEHAB faz um cadastro dos moradores, para que esses possam receber o auxílio aluguel da prefeitura. “A gente chama isso de selagem, que é quando a gente faz um mapa do prédio, com as divisões das moradias e vai numerando as casas e os moradores. Essa selagem é o que dá o direito ao auxílio moradia, caso sejam removidos”, explica Laura sobre o processo de contagem dos moradores.

No entanto, a ocupação do Wilton Paes de Almeida era delicada. A SEHAB sabia que essa ocupação não era fácil de entrar e que sua liderança ia fazer o possível para atrasar esse trabalho. “Começamos nosso trabalho que era contatar a liderança e conversar com eles para que fosse feita uma desocupação da melhor forma possível, sem o uso de força policial, mas com mediação, diálogo e negociação”, conta Márcia, que foi responsável pelo projeto, desde a contagem dos moradores até a saída dos sobreviventes acampados na praça.

Segundo inquérito da Polícia Civil, Ananias Pereira dos Santos era o principal responsável pela ocupação do Wilton Paes de Almeida. “Ele é uma pessoa bem controversa do

ponto de vista das lideranças dos movimentos de ocupação. Tem a prática de explorar os moradores”, conta Márcia.

Ananias não queria que a prefeitura entrasse no prédio e ofereceu pra SEHAB uma lista com 450 pessoas. “A gente sabia que não tinham 450 pessoas ali dentro. A gente precisava entrar”, conta Márcia. Depois de mais de três meses de negociações intensas, a SEHAB consegue finalmente agendar uma visita para o cadastro de moradores. A visita foi agendada para sábado, dia 10 de março de 2018.

“Eu quero ir!”, disse Laura para sua chefe, quando descobriu que ela tinha conseguido agendar a visita. Márcia sabia que aquela não era uma ocupação confiável. “Você não vai não, é muito perigoso. Eles vão com a Guarda Municipal...”, justificou. Mas na véspera da visita, Márcia tinha pensado na proposta de Laura e resolveu dar uma chance. “A gente vai lá amanhã de manhã, se você quiser ir pode ir...”. Mas Laura já tinha feito planos e achou melhor não cancelar.

No sábado, mesmo acompanhada de sua equipe, Márcia relata que foi um momento muito tenso. “A gente não sabia o que ia encontrar lá”. Começaram a contagem de cima pra baixo e não demorou para notarem algo estranho. Segundo a diretora aposentada, tinha mais gente do que as famílias que realmente moravam lá. “Era visível a quantidade de pessoas que não moravam lá”, explica.

Márcia acredita que com o objetivo de conseguir mais auxílio da prefeitura, Ananias teria colocado pessoas de fora para dentro da ocupação para fraudar a contagem. “Ele com certeza colocou lá umas 50 pessoas a mais”, conta Márcia. Mas como o processo de negociação foi muito longo e complicado, todas as famílias que estavam lá foram cadastradas. O objetivo de Márcia era voltar lá mais vezes futuramente, para fazer o cadastro real. “O cadastro tinha a finalidade de dar início às negociações”.

Dois meses depois, no dia primeiro de maio de 2018 o prédio pega fogo e desaba. A SEHAB perde sua oportunidade de continuar o trabalho e chegar no número correto de moradores. “O único cadastro que a gente tinha era fraudado”. Mas por ausência de outro, o cadastro da SEHAB se transformou em um número oficial.

Neste dia, 455 pessoas foram cadastradas pela SEHAB, dessas, 131 eram crianças de até 11 anos, 40 tinham entre 12 e 18 anos, 271 eram adultos com idade entre 19 e 60 anos, 13 pessoas tinham mais que 60 anos, 11 mulheres estavam grávidas, 10 pessoas apresentaram deficiências e 13 pessoas estavam com doenças graves.

De acordo com a SEHAB, só no centro da cidade há mais de 50 ocupações. Ocupações urbanas possuem características comuns, o que as tornam facilmente reconhecíveis. Como exemplo, é comum ver as iniciais do movimento que lidera as ocupações estampadas na fachada do prédio, seja isso uma bandeira ou pintado com tinta na parede.

Prédios ocupados são propriedades que por algum tempo ficaram sem uso e por esse motivo, foram ocupadas. “Uma ocupação só começa em edifícios que estão sem uso, que não estão cumprindo função social. Não existe invasor, existe ocupante. Morar na rua é muito mais perigoso que morar em uma ocupação. Ocupação é uma solução e quando é organizada tem níveis de segurança altíssimos. Têm ocupações que o nível de organização e segurança é muito alto, comparável com muitos condomínios por aí”, explica Márcia,

Já Laura conta que um movimento social de moradia (ocupação) é diferente de um prédio ocupado. Para ser considerada uma ocupação, o movimento deve ter um certo nível de organização e convivência comunitária. “Um prédio ocupado não significa que é um movimento de moradia organizado”, explica a arquiteta.

Cada ocupação funciona de uma forma muito particular. Algumas são organizadas, limpas e seguras, possuem trabalhadores internos e quando vistas de fora, podem ser confundidas com condomínios regulares. Há também as ocupações organizadas, com trabalhadores internos, mas que não são nada seguras. Outras ocupações não são organizadas e muito menos seguras. Há ainda a possibilidade de relação com o tráfico de drogas.

Nas ocupações organizadas, são raros os casos onde não há relação política. Ou seja, os movimentos de ocupação são, em sua maioria, politicamente motivados. No entanto, a presença da política nos movimentos de ocupação é algo recente.

Thiago Aparecido Trindade, Cientista Político e professor da Universidade de Brasília (UNB), explica em sua tese de doutorado, que os movimentos politicamente motivados em São Paulo já haviam se consolidado desde a década de 1980, mas em territórios periféricos. Os movimentos políticos de moradia no centro da cidade começam a aparecer no final da década de 1990, sendo o ano de 1997, um marco histórico desses movimentos.

“1997 torna-se um marco importante na medida em que representa o início de uma luta conduzida de forma articulada e estruturada por um conjunto de atores com base em uma pauta política específica, apresentada ao poder público e à sociedade a partir de um conjunto de reivindicações”, escreve o professor em sua tese “Ampliando o debate sobre a participação política e a construção democrática: o movimento de moradia e as ocupações de imóveis ociosos no centro da cidade de São Paulo”.

Foi durante o final dos anos 90, que os movimentos de luta por moradia assumiram características de organização, com atuação articulada e estruturada. Nessa segunda fase das ocupações em São Paulo, o fator político passa a se tornar ainda mais presente.

O que antes de 1997 acontecia de forma espontânea, passa a operar de forma sistemática. “Passa-se a se reivindicar, politicamente, o direito de morar no centro da cidade, em uma área de urbanização consolidada e bem servida por equipamentos urbanos e infraestrutura”, conclui Trindade.

Ocupações são necessariamente apropriações de prédios completamente sem uso e desocupados. De acordo com Trindade, durante o ano de 1997, o centro teve 5 prédios ocupados. Já o ano de 1999 bate o recorde com 18 prédios na mesma situação. No ano seguinte, em 2000, o número de ocupações no centro cai assustadoramente, indo de 18 para somente 1.

O ano de 1999 também é o ano das “megaocupações”, que são ocupações simultâneas, organizadas pelo mesmo movimento em vários imóveis diferentes. Como é o caso de uma ocupação organizada pela União dos Movimentos de Moradia (UMM), que ocorreu em outubro de 1999 e contava com 6100 pessoas que dividiam seis imóveis na cidade, quatro deles no

centro. Houve entre 1997 e 2007, um total de nove megaocupações: seis promovidas pela UMM (outubro de 1999, maio de 2002, abril de 2004, março e novembro de 2005 e abril de 2007), três pela Frente de Luta por Moradia (FLM) (outubro de 2004, novembro de 2005 e outubro e 2006), e uma pelo Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) em julho de 2003.

Existe também as ocupações que começam de forma espontânea, sem ligação com movimentos de moradia. Como é o caso do edifício Wilton Paes de Almeida, que começou a ser ocupado por moradores de forma desorganizada e não relacionada com movimentos políticos em 2003, quando a Polícia Federal transferiu sua sede, que era no Wilton Paes de Almeida para outro edifício na Lapa, região oeste da cidade, deixando o edifício vazio.

Segundo o Núcleo de Mediação de Conflitos, ocupações lideradas por movimentos sociais são 60%. Os outros 40% é formação espontânea, “ocupações que tem a sua própria organização, mas não são lideradas por nenhum movimento de moradia”.

No Wilton Paes de Almeida, os primeiros moradores que chegaram ocuparam os primeiros andares e conforme foram chegando novos moradores, os andares acima também foram sendo ocupados. As subdivisões das moradias foram estabelecidas de forma improvisada, com madeira e prego. A luz vinha de ligações irregulares nos postes de luz públicos e a água da rua só chegava até o quinto andar.

“O prédio era ocupado só até o décimo andar pelo simples motivo que a água que vinha da rua só tinha pressão suficiente para subir até o quinto andar. Do sexto para cima os moradores não tinham acesso a água. Não dava para ocupar mais pra cima, porque ficava muito difícil para carregar água”, diz Márcia.

Anos depois, a ocupação do Wilton Paes de Almeida passa a ser liderada pelo Movimento Social de Luta por Moradia (MLSM), onde Ananias aparece como principal responsável. No momento da queda, Ananias também era responsável por mais duas ocupações. Uma na rua Benjamin Constant, na Sé e outra na rua Voluntários da Pátria, na zona norte e como ele sabe que a situação das ocupações é precária, normalmente

não autoriza visitas da imprensa, muito menos vistorias e visitas técnicas da prefeitura.

Além disso, muitos sobreviventes do Wilton Paes de Almeida, além de muitos outros moradores das ocupações que foram administradas por Ananias afirmam que quem não pagasse o valor da ocupação eram expulsos sem piedade. Segundo o inquérito da Polícia Civil, que ouviu relatos de diversos moradores das ocupações do MSLM, Ananias era extremamente violento com quem não pagava e por esse motivo, a rotatividade de moradores era altíssima.

“Em caso de não pagamento do ‘aluguel’, o coordenador do prédio gritava com as pessoas inadimplentes e determinava a sua saída imediata, mediante agressões com tapas, facas, porretes e etc.”, afirmou uma testemunha a Polícia Civil.

Não há registros concretos de quando o edifício passou a ser administrado pelo MSLM, mas em 2015, foi colocado no canto superior direito da fachada uma pequena bandeira branca, com as iniciais MSLM em vermelho. Essa bandeira ficou estendida por 2 anos, sendo retirada em 2017. No entanto, com base nos recibos e comprovantes de pagamentos dos moradores, publicados pela imprensa depois do desastre, é possível concluir que o edifício ainda estava sob cuidado do MSLM quando desabou.

Muitos movimentos organizados possuem responsáveis pela gestão do espaço e se preocupam com a saúde e segurança dos ocupantes. “Têm movimentos que são muito organizados, têm até brigadistas. São poucos, mas alguns têm até responsáveis por cada andar e os moradores estão preparados para caso aconteça alguma coisa. No geral as ligações elétricas são clandestinas, mas há casos que tem até elevador e luz elétrica regularizada”, diz Laura.

Márcia Terlizzi explica que esses serviços de segurança têm custos. As ocupações organizadas cobram dos seus moradores um valor, que, teoricamente deve ser investido na melhoria da estrutura do prédio, tanto física como material, como a compra de extintores por exemplo.

“Os movimentos cobram taxas, mas é como se fosse a taxa do condomínio. A gente que mora em prédio tem que pagar para fazer a manutenção, assim como é em uma ocupação,

que normalmente são prédios antigos e sempre tem coisa para consertar”, conta Márcia.

Mas esse não era o caso do Wilton Paes de Almeida. “Existem ocupações que cobram taxas, mas devolvem melhorias no prédio, como existem também ocupações que cobram dos moradores, mas isso não é revertido em melhorias do espaço. A situação lá era realmente precária”, diz.

Edifícios em situações precárias, sem estrutura sólida e sem equipamento de combate ao incêndio estão sujeitos a desastres, que causam não só danos físicos a cidade, como podem também causar desastres humanos, a morte e o desaparecimento de famílias inteiras.

Em caso de incêndio, esse desastre pode ser ainda pior, já que o trabalho do corpo de bombeiros não é apagar o fogo e sim, localizar e salvar o maior número de pessoas. Como explica o coronel da reserva do Corpo de Bombeiros e atual diretor da divisão de prevenção da coordenação de Defesa Civil da cidade de São Paulo, Edison Ramos de Quadros, o jato de água da viatura que carrega água do Corpo de Bombeiros não chega nos andares mais altos de um edifício, sendo usado, majoritariamente para diminuir a temperatura dos andares inferiores, facilitando o resgate.





## CAPÍTULO 04

### *Fogo*

O psicólogo Bruno Barros Blanez, de 34 anos, acordou na madrugada do incêndio se sentindo muito mal. A casa de sua namorada fica na Santa Cecília, a pouco mais de um quilômetro de distância do edifício Wilton Paes de Almeida. Dia 31 de agosto 2018 foi um dia quente, mas durante a noite a temperatura chegou a 18° C. O plano do casal era visitar a balada Trackers já que o dia seguinte, primeiro de maio de 2018, era feriado.

Na época, a Trackers ficava na rua Dom José de Barros, 337, no terceiro andar de um edifício de 81 anos, o Santa Victória, que fica de frente para a Galeria Olido, duas quadras do Wilton Paes de Almeida. Quem vai de bicicleta não paga e era esse o objetivo, mas decidiram ficar em casa.

“Eu estava capotado na sala, fiquei vendo TV até tarde, estava friozinho, fui dormir de coberta e acordei lá pelas 4h da manhã com muito calor mesmo, tirei todas as cobertas e vi que tava todo suado. Fiquei incomodado e não consegui dormir, era muito calor e eu estava suado a ponto de sentir a camiseta grudada nas costas e a gola inteira molhada”, disse.

No dia seguinte, conversou com sua namorada Gladys, que tinha dormido no quarto. Ela descreveu a mesma sensação de calor extremo. Foi quando ele viu a notícia e relacionou o calor com o incêndio. “Era muito calor, mas mesmo assim pensei que era coisa do clima mesmo, normal. Depois tive a notícia, não lembro se foi na internet ou no jornal. Aquele calor... Só pode ser isso, o calor chegou até o prédio. Não tem outra explicação pro que aconteceu, era muito calor, pensei que era um fenômeno natural, mas que nada”.

“Gostava do prédio. Tinha aquela pixação Opus 666 com o pentagrama na fachada, que eu achava bem legal. De repente, passei lá e não o vi mais. A paisagem fica completamente diferente”, lamenta Bruno.

De acordo com testemunhas no local, o fogo começou no quinto andar por volta das 1h30 da manhã. Demorou apenas oito segundos para os 12 mil metros quadrados de área construída se transformar em uma fogueira de mais de 650 metros quadrados no centro de uma das cidades mais densas do mundo.

Depois do desastre, uma história de que uma briga de casal teria dado início ao fogo circulou entre os sobreviventes acampados e os jornalistas que cobriam a tragédia. No entanto, a perícia feita futuramente acredita que o fogo teria começado em uma tomada no quinto andar que estava com sobrecarga.

Essa tomada era uma das pontas de uma ligação elétrica irregular no poste de luz da rua. Uma geladeira, uma televisão e um micro-ondas exigem energia suficiente para uma sobrecarga em um fio condutor comum. No caso, o revestimento de borracha do fio não resistiu a alta temperatura gerada pelo atrito da eletricidade e derreteu causando um curto circuito. Um curto circuito em um fio fino gera uma chama pequena, mas que foi o suficiente para derrubar um prédio de 24 andares.

Os andares do Wilton Paes de Almeida que foram construídos sem paredes internas estavam recheado de madeira seca, usada pelos moradores como divisória de suas casas. A madeira serviu como combustível para as chamas, que rapidamente chegaram ao fosso do elevador. Às 2h16 da manhã, o Corpo de Bombeiros de São Paulo que já estava trabalhando no local com 24 viaturas e 57 profissionais relatou no Twitter, que o edifício estava com muito fogo, além de um homem no último andar pedindo socorro.

Ainda de acordo com a perícia, o fosso dos 3 elevadores do edifício funcionou como uma chaminé, carregando toda a fumaça para cima, aliviando a presença de gás carbônico nos andares, sobrando somente oxigênio e muita madeira de combustível. Além disso, os fossos dos elevadores eram utilizados pelos moradores como lixão.

O processo de decomposição do lixo doméstico apodrecido gera inúmeros gases inflamáveis, entre eles os gases

sulfídricos e metano. O gás metano é gerado naturalmente na decomposição, não tem cheiro e é extremamente inflamável. Já o gás sulfídrico, também extremamente inflamável, tem cheiro forte e característico de decomposição. Ele é gerado a partir da combinação de hidrogênio com enxofre, substâncias produzidas na decomposição.

Por esse motivo, alguns andares tinham as entradas para os elevadores fechadas com madeira, para evitar o cheiro apodrecido do gás como também a entrada e saída de ratos, que se alimentavam daquele lixo. Quando o fogo chegou ao espaço do elevador, todo o gás armazenado de quase 15 anos de decomposição do lixo elevou suficientemente a temperatura do vão, a ponto de derreter o aço e danificar o concreto interno. O concreto perde cerca de 75% de sua rigidez a 900° celsius e o aço derrete a uma temperatura de quase 1500° celsius.

Um dos quatro principais pilares estruturais da construção também era a coluna de um dos elevadores. Com a alta temperatura interna o pilar se rompeu e a gravidade fez seu papel, puxando toda a construção para baixo e o prédio desabou às 2h50 da manhã, depois de pegar fogo por menos de uma hora e meia. Uma hora e meia, é o tempo médio que um trabalhador de São Paulo leva no trajeto da sua casa para o trabalho.

O fogo começou na primeira hora de um feriado emblemático na cidade de São Paulo. No Dia do Trabalhador, muitos profissionais são liberados do trabalho para descansar em casa. O edifício Wilton Paes de Almeida estava cheio neste dia. As famílias da ocupação se viram obrigadas a descer do edifício imediatamente. Alguns moradores ainda se preocuparam em subir até as últimas casas no décimo andar, onde o fogo nem sequer chegou, para avisar que o prédio estava em chamas.

Na praça, os sobreviventes relataram ter tentado chamar o maior número de vizinhos e resgatar o máximo possível, mas a fumaça era tão densa, que algumas pessoas não conseguiram pegar nem seus pets, deixando praticamente tudo para trás. Os moradores perderam além de seus bens materiais, bons amigos e a sua casa. Alguns sobreviventes não foram capazes nem de pegar os próprios documentos.

O edifício Wilton Paes de Almeida não contava com qualquer tipo de segurança contra incêndios, muito menos ex-

tintores. De acordo com o coronel Edison Ramos de Quadros, a morte de somente sete pessoas (mais dois desaparecidos), pode ser considerada um milagre. O coronel explica que qualquer morte é lamentável, no entanto nessa situação, devido a estrutura danificada do edifício, a falta de ferramentas de combate a incêndios e ausência de saída de emergência era de se esperar um número de mortos muito maior.

Nessas condições, o desastre poderia ter sido drasticamente mais cruel, como foi o caso dos últimos incêndios no centro da cidade de São Paulo. Em 1972 o edifício Andraus, pegou fogo e deixou 19 mortos. O desastre do edifício Joelma em 1974 deixou 191 mortos. Já o segundo incêndio do edifício Grande Avenida na Avenida Paulista deixou 17 mortos em 1981.

Mesmo sabendo que os jatos de água das viaturas do Corpo de Bombeiros não chegam nos andares mais altos de um edifício e também que não haviam extintores, muito menos saída de emergência segura, entre 2016 e 2017 foram emitidos pela Prefeitura de São Paulo, três laudos que afirmavam o edifício Wilton Paes de Almeida não tinha risco de desabar. O engenheiro Álvaro de Godoy Filho, um dos responsáveis por esses documentos, concluiu que não foram verificadas “anomalias que impliquem em risco de desabamento”.

No entanto, uma vistoria de abril de 2015 feita pelo Corpo de Bombeiros indicava possíveis riscos de incêndio, já que o prédio não contava com o mínimo de equipamentos e sistemas de combate em caso de fogo. A vistoria dos bombeiros foi feita para que a corporação organizasse um plano de ação rápida em caso de incêndio. O documento foi encaminhado para a Prefeitura, que disse não ter feito nada, pois estava esperando orientação do Ministério Público Federal, órgão responsável pela investigação do prédio.

Em 2016, o Ministério Público de São Paulo solicitou providências ao governo federal, dono do imóvel. Na época, Cláudia Fellice, que era a superintendente do Patrimônio da União disse custaria R\$ 16 mil, para contratar empresas para retirar os moradores do prédio, mas a ordem era economizar e cortar despesas.

Já em janeiro de 2017, outro relatório condenava o prédio, anunciando seu alto risco de incêndio. Nessa vistoria realizada pela Secretaria Municipal de Licenciamento, os engenheiros relataram ausência de diversos itens fundamentais

como extintores, mangueiras de combate a incêndio, luzes de emergência, sistema de alarme e corrimão nas escadas. Além disso, “o sistema de hidrantes estava inoperante e as instalações elétricas eram irregulares, com fios sem isolamento adequado e expostos”. O engenheiro responsável, José Luiz Amadio concluiu que “a edificação não atende às condições mínimas de segurança contra incêndios”. A investigação foi arquivada pelo Ministério Público.

O engenheiro civil, professor da USP e diretor da PhD Engenharia, Paulo Helene, visitou os escombros na semana seguinte do desabamento. Ao analisar o que restou do edifício ele concluiu que a estrutura do prédio era toda de concreto armado. Em um comunicado à imprensa, o professor acredita que a falta de manutenção e o fosso do elevador ter servido como chaminé foram os principais responsáveis pelo colapso.

O incêndio e a queda do edifício Wilton Paes de Almeida, atingiu mais três construções ao seu redor. A Igreja Luterana no seu lado direito, o edifício Caracú no seu lado esquerdo e o edifício Joamar na sua frente. A igreja teve 80% de sua construção danificada pelo impacto. Já o prédio da frente foi fortemente atingido pelo fogo e correu risco de queda. Além destes, mais dois foram interditados por falta de segurança. Entre eles, o estacionamento onde um dia foi o Cine Ouro.

O Corpo de Bombeiros encontrou os corpos de 7 ex-moradores: Selma Almeida da Silva, 40 anos; Wendel e Werner da Silva Saldanha, gêmeos de 10 anos, filhos de Selma; Francisco Lemos Dantas, 56 anos; Walmir Souza Santos, 47 anos; Ricardo Oliveira Galvão Pinheiro (Tatuagem), 39 anos e Alexandre de Menezes, 40 anos. Eva Barbosa Lima, 42 anos e Gentil de Souza Rocha, 53 anos ainda não foram encontrados.

No cadastro feito pela SEHAB dois meses antes do desabamento, 171 famílias foram contabilizadas, dessas, 46 eram famílias de imigrantes. No total 455 pessoas, sendo 131 crianças, quase 30% dos moradores. Mas no momento do desabamento, os bombeiros só contaram 317 pessoas. Muitos sobreviventes acreditam que o número de mortos e desaparecidos é muito maior.



## CAPÍTULO 05

### *Corpo de Bombeiros*

Cerca de 10 minutos depois do fogo ter começado, vinte viaturas do Corpo de Bombeiros de São Paulo carregaram 45 profissionais para atender a um chamado de incêndio no centro de São Paulo. A denúncia que havia um edifício em chamas no Largo do Paissandu foi recebida à 1h36, minutos depois do fogo ter começado.

Quando os bombeiros chegaram no local e viram o fogo consumir o edificio igual papel, reforços operacionais foram exigidos. O comportamento do fogo que começou no quinto andar era assustador e em questão de segundos se espalhou pelo resto do prédio. Às 2h16 a corporação enviou mais quatro viaturas e mais 12 bombeiros para o combate do incêndio.

Antes dos bombeiros chegarem, Ricardo “Tatuagem” de Oliveira Galvão, de 39 anos, um dos ex moradores do Wilton Paes de Almeida, estava preso no último andar do edificio. Não era mais possível sair pela entrada no térreo. O fogo já tinha chegado nas escadas dos andares mais baixos. Ricardo ficou preso no último andar depois de entrar no prédio para buscar vizinhos que não tinha encontrado na praça. Sem opção e sem oxigênio, subiu até o terraço onde ligou para o resgate.

Quatro bombeiros foram enviados para o resgate de Ricardo. Os bombeiros subiram os quinze andares de escada do edificio vizinho, o Caracú, mas para chegar ao terraço foi necessário abrir um buraco na parede, já que o prédio não tem porta de saída na altura das telhas. Às 2h50 da manhã, quando ele já estava a cerca de quatro metros dos bombeiros, a estru-

tura do Wilton Paes de Almeida não resistiu ao calor interno e desabou. O corpo de Ricardo foi encontrado aos pedaços nos escombros dias depois.

Antes do desabamento, na rua, os caminhões jogavam água na construção em chamas. De acordo com o coronel Edison Ramos de Quadros, o combate a incêndios é uma tarefa muito complicada, principalmente em edifícios mais altos, já que o alcance do jato de água dos caminhões é limitado e não consegue atingir os andares mais altos. A água então foi utilizada para reduzir a temperatura interna no edifício, para garantir que mais pessoas conseguissem chegar até a saída, além de tornar possível a entrada de bombeiros de resgate.

Quando o prédio desabou, o fogo continuou a queimar por muito tempo, mas a estratégia dos bombeiros não mudou: continuar jogando água e reduzir a temperatura, para que pudessem buscar por sobreviventes em segurança. Como explica o coronel, em casos de incêndio em edifícios ocupados, o combate é ainda mais difícil, já que na maioria dos casos, esses edifícios contam com a presença de grandes quantidades de material combustível, além da falta de extintores e infraestrutura adequada.

O extintor de incêndio é recomendado para o controle de incêndios pequenos. Em casos de incêndios maiores é necessário o uso de mangueiras internas, que são fundamentais para a segurança contra incêndios, pois são a única chance dos bombeiros de enviar água para os andares onde o jato não chega. O Edifício Wilton Paes de Almeida não tinha mangueiras, muito menos extintores de incêndio.

O fogo que queimava os restos do que um dia já foi considerado o edifício mais moderno da cidade só foi controlado às 9h26 da manhã. Somente após este horário, quase 6 horas depois do desabamento, que os bombeiros foram liberados para procurar sobreviventes entre os escombros, mas ainda havia muito fogo. Nesse momento a operação de resgate contava com mais de 130 profissionais e 40 viaturas.

Homens e mulheres arriscaram suas vidas na tentativa de encontrar possíveis sobreviventes da desgraça, mas quem realmente foi eficaz na busca por resquícios de vida humana em meio ao caos foram os cães farejadores. Para essa



operação, os bombeiros contaram com a ajuda de cinco cães. Vasty, a cadela mais velha, com cinco anos de idade, da raça Pastor Belga foi a responsável por encontrar parte do corpo de Ricardo Galvão. Sarah, uma labradora, de cerca de dois anos encontrou a localização dos ossos de uma criança e de um adulto no dia 8 de maio de 2018. Além delas, Hope, Moli e Wiki também ajudaram nas buscas.

Cerca de 30 horas depois do desabamento o Corpo de Bombeiros ainda trabalhava na tentativa de apagar o fogo. Em parceria com a Defesa Civil, os bombeiros evacuaram e interditaram outros cinco edifícios atingidos pelas chamas. O edifício Caracú, que foi parcialmente atingido pelos destroços, foi um dos primeiros a serem evacuados, junto com a Igreja Evangélica Luterana de São Paulo, à direita do prédio, que foi terrivelmente atingida e os outros três edifícios que ficam do outro lado da rua Antônio de Godói, também foram interditados.

Todos os edifícios atingidos pela queda do Wilton Paes de Almeida estão passando por reformas. Até agora, somente o edifício Caracú voltou a receber seus moradores. O fogo também chegou ao outro lado da rua, consumindo parte do edifício Joamar na altura do oitavo andar. O calor dentro do prédio vizinho foi tão intenso, que fez com que o revestimento externo da parte de trás descolasse na altura de onde foi atingido pelo fogo.

O trabalho dos bombeiros também teve característica de precaução para evitar desastres ainda maiores. O edifício Joamar, foi condenado pela Defesa Civil e passou a ser monitorada por um sensor a laser desde que reconheceram as suspeitas de queda. O sensor foi instalado no cruzamento da Rio Branco com a Antônio de Godói, de frente pros escombros, mas apontando para o prédio condenado.

Seu alarme foi ativado com a vibração das máquinas pesadas que trabalhavam no local e alguns dias depois, foi transferido para o terraço do edifício Paissandu, que fica atrás do Joamar, para garantir um local de trabalho mais seguro para os bombeiros, já que o sensor é um equipamento delicado e onde estava, era rota de máquinas e profissionais.

Na quinta-feira, dois dias depois do desabamento a Defesa Civil descartou a possibilidade de queda do edifício condenado. A perícia identificou que a base da estrutura não

foi danificada. Mas ainda havia chances de cair parte do revestimento ou até mesmo blocos de concreto no chão. “Não há risco, nesse momento, iminente de desabamento. Se houvesse um risco muito importante, os bombeiros não estariam trabalhando como estão trabalhando”, disse Ramos a imprensa presente no local. O monitoramento do prédio continuou até o fim do trabalho dos bombeiros.

A essa altura os bombeiros começam o seu sétimo dia de trabalho ininterrupto, já são mais de 160 horas de trabalho sem pausa. O desespero continua no Largo do Paissandu. Os bombeiros revezam equipes e turnos, mas o número de profissionais trabalhando na operação diminui com o tempo.

O nono dia de buscas, começa às 2h50 da manhã, com 14 viaturas e 42 bombeiros na troca de turno das equipes. Às 14h o número aumenta, indo para 17 viaturas e 44 bombeiros, por volta das 17h os profissionais no caso encontram os últimos fragmentos de vida nos escombros.

“O Corpo de Bombeiros localizou, nesta quarta-feira (09), novos fragmentos de ossos nos escombros do Edifício Wilton Paes de Almeida. Os remanescentes humanos foram encaminhados para o Núcleo de Antropologia, que irá realizar os exames necessários para identificação humana”, informa a corporação em sua rede social.

No dia 11, 9 viaturas e 24 bombeiros trabalharam na operação, que se estendeu até o dia 13 de maio de 2018, quando o trabalho dos bombeiros foi oficialmente encerrado. “Oficialmente encerradas as atividades do Corpo de Bombeiros na ocorrência de incêndio / desabamento do Largo do Paissandu. Foram 13 dias, empregado mais de 1.600 homens do Corpo de Bombeiros no cumprimento da missão!”, informa o Corpo de Bombeiros no Twitter, às 16h55 do dia 13 de maio.





## CAPÍTULO 06

### *Acampamento*

Denise Zmekhol acordou com o telefone tocando. “O prédio pegou fogo e desabou!”, disse seu irmão do outro lado da linha, no Brasil. “Como assim?”, respondeu Denise, em Berkeley na Califórnia, onde mora. Ainda sem entender e completamente em choque, a cineasta e documentarista de 56 anos foi ver as notícias.

Seu celular estava cheio de mensagens de amigos e colegas comentando sobre o incêndio e queda do edifício Wilton Paes de Almeida. Denise só foi entender a gravidade da situação quando viu as imagens do prédio desabando. “Parece que meu pai morreu outra vez”, comentou em uma entrevista à imprensa local. Denise é filha de Roger Zmekhol, o arquiteto do prédio.

Ainda muito confusa, sem saber direito o que fazer, decidiu ir para o Brasil o mais rápido possível, afinal, além de filha do arquiteto, ela está produzindo um documentário sobre o edifício e obra de seu pai desde outubro de 2017. Chamado de Pele de Vidro, o documentário está em fase de edição, com expectativa de finalização para 2021.

A cineasta chegou ao Brasil na quinta-feira, dia 3 de maio de 2018, dois dias depois do desabamento. Foi o mais rápido que conseguiu devido a disponibilidade de passagens aéreas. Imediatamente seguiu para o Largo do Paissandu, onde encontrou os sobreviventes da tragédia, alguns tinham o abrigo improvisado de barracas, outros dormiam no chão, mas todos ainda respiravam a fumaça e poeira que vinha dos escombros.

Nem todos ali vivenciaram sua casa pegar fogo e desabar. Junto aos sobreviventes haviam também os que já dormiam na praça, os que dormiam em frente ao Wilton Paes de Almeida, além de muitos outros moradores das ruas de São Paulo, que por curiosidade, se aproximaram, alguns até se misturaram aos sobreviventes.

A ampla região em volta do Largo do Paissandu se transformou em um grande acampamento, que com o tempo foi se organizando até se transformar em um típico acampamento de ocupação rural ou de terrenos urbanos. Nessas ocupações rurais, as pessoas dormem em barracas e se alimentam dos pratos feitos na cozinha comunitária.

O dia em que Denise chegou no acampamento foi também o dia que o Corpo de Bombeiros liberou o acesso aos cinco edifícios que também foram atingidos pelo fogo, mas evacuados por medidas de segurança. Os moradores desses prédios, que também dividiam o local com os sobreviventes do Wilton Paes de Almeida foram liberados para pegar somente o necessário, como documentos e medicamentos.

O trânsito na região permaneceu bloqueado até o final do trabalho do Corpo de Bombeiros. Cerca de duas semanas depois, somente os ônibus que passam em volta da praça foram autorizados a circular. A região é repleta de comércios, restaurantes e edifícios residenciais. Depois da manhã do dia primeiro de maio de 2018 até os próximos meses, o cenário, que já era caótico e duvidoso passou a ser também desesperador.

Durante as primeiras semanas depois do fogo era possível identificar uma grande quantidade de curiosos, além de aglomerações de pessoas nas cinco sacadas da Galeria do Rock, que buscavam a vista privilegiada da construção para conseguir ângulos mais panorâmicos do pandemônio que se tornou o Largo do Paissandu.

O acampamento dos sobreviventes foi montado a cerca de 10 metros de distância dos escombros, na praça onde fica a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. A igreja em parceria com a Cruz Vermelha de São Paulo organizou a coleta e distribuição de doações sociais.

A tragédia gerou forte comoção social e o acampamento recebeu grande quantidade de doações. Durante os dois primei-

ros meses, vans cheias de doações chegavam com certa frequência. De início foram barracas, roupas, água e alimentos. Alguns dias depois, a cozinha comunitária já operava a todo vapor.

A grande quantidade de doações e a presença da cozinha comunitária foi muito preocupante para a SEHAB, já que a praça do Largo do Paissandu, assim como qualquer outra praça pública, não é um espaço adequado para receber moradores. A falta de fonte de água, higiene e saneamento básico colaboram para que a vida humana se torne ainda mais frágil. Além disso, quanto maior é o número de doações, maior é o número de interessados.

Embora existissem doações de comida, água e itens de higiene, o Brasil sofria naquele momento uma crise de abastecimento, por conta da greve dos caminhoneiros, que durou até o dia 21 de maio de 2018.

Quando chegou no Largo do Paissandu, Denise se deparou com famílias, trabalhadores e crianças dormindo no chão, que era rodeado de lixo e ratos. Não haviam banheiros, nem fonte de água limpa. As pessoas lutavam por sua dignidade enfrentando situações extremas.

Maria do Paissandu, como prefere ser chamada, é uma das responsáveis pelo Bar do China, quando o dono não está. O Bar do China fica na rua Antônio de Godói, de frente para a praça, bem próximo da esquina do Wilton Paes de Almeida. Desde 2017, quando começou a trabalhar no Bar do China, ela ajuda o pessoal da ocupação com água e até mesmo alimentos. “Eles vinham aqui, pediam água, prato de comida e ‘nois’ dava”, conta.

No bar, um de seus companheiros é Izaque, um rapaz jovem e quieto. Antes de ser contratado no bar, Izaque dormia na rua, muitas vezes em frente ao Wilton Paes de Almeida, endereço que usava para receber documentos e correspondências quando necessário, mas não tinha dinheiro suficiente para morar na ocupação. A contribuição era de R\$ 200 a R\$ 400 reais por mês.

Quando o prédio desabou, Maria que já era uma figura extremamente conhecida na região não conseguiu ver a tragédia de braços cruzados e como já ajudava com água, continuou com a contribuição. Mas agora, o número de pessoas

sem água era muito maior. “Minha conta, que era de 80 reais, foi para 180 no mês, por causa do tanto de água que dava pro pessoal”, diz.

No celular, Maria mostra fotos de Izaque enchendo galões de 30 litros com água da torneira, para distribuir no acampamento. Mas quando começa a falar das crianças, se emociona. “Era muita criança, muita criança mesmo! Eu deixava eles dar banho nas crianças aqui no tanque. Um tanque que tem ali no andar de cima. Já os mais velhos não sei como se viravam”, conta, limpando as lágrimas que escorriam e escondendo o rosto no celular. De acordo com o cadastro da SEHAB, 30% das pessoas da ocupação eram crianças.

Maio de 2018 foi um mês hostil, especialmente para a cidade de São Paulo onde até o clima foi significativamente mais duro. A região do Largo do Paissandu enfrentou o desastre do desabamento do prédio, com muita fumaça e toneladas de poeira carregadas pelo trabalho do Corpo de Bombeiros (que durou até o dia 13) como também um dos meses mais secos desde 1961, com extrema escassez de chuvas, menor umidade relativa do ano e mudanças drásticas de temperatura.

A falta de chuvas em maio de 2018 bateu recordes históricos, com uma média de 18,8 mm, 86% menor que a média histórica que é 78,1 mm, o que fez de São Paulo a segunda capital com menor umidade relativa do ano, junto com Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul. Outra característica do clima em maio de 2018 em São Paulo foi a drástica mudança de temperatura, onde o mês começou com uma temperatura de 30°, quase 7° a mais que a média dos anos anteriores e terminou com temperatura máxima de 18° celsius, como informou o Instituto Nacional de Meteorologia.

As péssimas condições higiênicas e a falta de saneamento básico do acampamento aliadas a uma atmosfera e clima atípico, fizeram com que a gripe se tornasse um surto. Os representantes do acampamento relataram muitas pessoas com a doença e reforçaram os pedidos de doação de remédios para gripe.

No terceiro dia de acampamento, a Prefeitura começou a pagar o auxílio-moradia para as famílias que tinham como provar que moravam na ocupação. O auxílio teve duração de 12 meses, sendo a primeira parcela de R\$ 1200 e as



outras de R\$ 400. Mas identificar quem realmente morava no Wilton Paes de Almeida foi um trabalho incerto.

De acordo com a Secretaria de Assistência Social da Prefeitura, que cadastrou as pessoas no acampamento em parceria com a SEHAB, no segundo dia de cadastro apareceram mais de 2 mil pessoas que afirmavam morar no edifício no momento da queda. No entanto, o cadastro da SEHAB feito dois meses antes contabilizou cerca de 450 pessoas.

Para a autenticação dos casos, a SEHAB cruzou dados com a Assistência Social, que já trabalhava no local mesmo antes do incêndio, mas como a rotatividade de pessoas na ocupação era muito alta, muitas pessoas tinham comprovantes de pagamento. Neste primeiro momento, 56 famílias receberam o auxílio. Uma semana depois, o número de famílias beneficiadas chega em 116. Mais de 90 famílias que tiveram suas casas interditadas para o trabalho dos bombeiros também receberam o auxílio.

A liderança da ocupação não apareceu no acampamento, mas enviou representantes. Ricardo Luciano Lima, mais conhecido como Careca e um advogado representaram Ananias e a liderança do MLSM durante quase uma semana, até que na sexta-feira, dia 6 de maio, Careca e o advogado são expulsos da praça. Uma comissão de ex-moradores, liderados por Fábila, Rafael e Désirée assume as negociações com a SEHAB.

A essa altura, uma boa parte das famílias já tinha ido para um alojamento no Viaduto Pedroso, uma antiga ocupação, que foi aberta pela prefeitura em caráter emergencial na tentativa de retirar as famílias da praça. O alojamento era um dos únicos lugares onde os adultos poderiam tomar banho, mas fica a uma distância de 3 km do largo, uma caminhada de cerca de 40 minutos.

Jaqueline, companheira de Rafael, um dos representantes do acampamento, estava nos últimos meses de gestação quando o prédio desabou. Seu filho nasceu na praça, mas o socorro demorou para chegar e a criança morreu no local. No dia seguinte, a liderança do acampamento tinha uma reunião com a prefeitura.

Márcia Terlizzi, da SEHAB foi a responsável por representar a prefeitura nas negociações com a liderança do acampamento, até o final de julho de 2018. A ex-diretora do

Núcleo de Mediação de Conflitos conta que quase desistiu do trabalho por causa dessa reunião, que foi extremamente violenta. “Quase joguei a toalha. Foi a reunião mais violenta que já tive”, comenta.

Onze dias depois do desastre no Largo do Paissandu, outra ocupação pega fogo. A ocupação Douglas Vieira, na zona leste era muito menor do que a ocupação do Wilton Paes de Almeida. O incêndio começou por volta das 1h45 do dia 12 de maio de 2018. De acordo com a imprensa local, oito animais morreram, 40 pessoas ficaram desabrigadas e o fogo destruiu 10 imóveis vizinhos. Não foram registradas pessoas feridas.

Cerca de 500 famílias foram contabilizadas acampadas na praça depois de 30 dias da tragédia. Segundo dados da SEHAB e da Assistência Social, 178 famílias foram cadastradas para receber o auxílio e supostamente deixaram a praça. Algumas famílias foram buscar moradia em outras ocupações do centro, outras, por falta de opção foram para o abrigo no Viaduto Pedroso. O restante das pessoas, que não conseguiram provar que moravam no Wilton Paes de Almeida permaneceram na praça até dia 10 de agosto de 2018, quando foram encaminhados para o recém inaugurado Centro Temporário de Acolhimento (CTA) Canindé, pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). O CTA Canindé fica no começo da zona norte, a pouco menos de 4 km do Largo do Paissandu.

De acordo com testemunhas locais, a desocupação do largo foi pacífica. Neste momento, ainda estavam acampadas cerca de 30 famílias. Foram necessários três caminhões da prefeitura para levar as famílias até o centro. O acampamento durou pouco mais de três meses, tempo suficiente para tornar público a dificuldade de sobrevivência das pessoas que não têm uma casa, além de muitos outros problemas de São Paulo.





## CAPÍTULO 07

### *Imprensa*

Na manhã da primeira sexta-feira (04) do mês de maio de 2018, Fernando Degaspari e o fotógrafo Rogério Soares saem da redação do Jornal A Tribuna de Santos a caminho do Santos Business Center, centro de negócios e braço administrativo do time de futebol, que fica em São Paulo capital, uma viagem de cerca de 80 km de distância. Mais um dia de trabalho comum para os repórteres de esporte que cobrem o Santos Futebol Clube.

Fernando é um dos responsáveis pela cobertura dos acontecimentos que envolvem o time caçara e mesmo o time treinando, jogando e vivendo na cidade do litoral, o presidente José Carlos Peres (desde 2017) prefere que a maioria dos anúncios oficiais sejam feitos no Santos Business Center, que fica na avenida Pacaembu, 1897, bem próximo do Complexo Esportivo do Pacaembu, onde fica um dos estádios mais famosos da cidade, o Estádio Municipal Paulo Machado de Carvalho.

“Tá afim de passar em um lugar?”, pergunta Soares depois de terminar o trabalho no centro administrativo do time. O fotógrafo sabia que um edifício no centro da cidade tinha desabado. Como ainda não conhecia São Paulo muito bem, o jornalista topou sem nem pensar duas vezes.

Ao chegar no Largo do Paissandu, Rogério já começou a fotografar. Fernando que não tinha ideia do que tinha acontecido resolveu começar a apuração com as pessoas mais próximas. Conversou com os ex-moradores do prédio, com os que não moravam no prédio, com o Corpo de Bombeiros e com outros jornalistas.

No trabalho de apuração do repórter, Fernando ouviu um “E aí malandrão! Não estava no futebol não?”. De costas e confuso, Fernando se vira e encontra Filippo Mancuso, repórter na Globo News, que estava cobrindo o caso desde o primeiro dia do desabamento. Conversaram por um bom tempo, sobre o caso e sobre outras coisas também. Filippo que também estava cobrindo a queda do edifício conta o que sabe e Fernando volta para sua apuração.

Na redação, “A gente passou no prédio que pegou fogo e desabou. O Rogério fez umas fotos se for interessante posso fazer uma matéria”, disse aos editores do jornal e foi redigir a nota do Santos. Afinal, o jornalista tinha ido para São Paulo em busca daquela pauta.

O jornal A Tribuna de Santos, assim como qualquer outro jornal da região, já estava cobrindo o caso do Wilton Paes de Almeida, com informações de agências de notícias e cobertura tradicional. O responsável pela editoria de Porto e Mar do jornal, Leopoldo Figueiredo também era o editor responsável pelo fechamento daquela edição de sábado (dia seguinte), discutiu a pauta com Fernando e decidiram publicar a matéria com um texto em primeira pessoa.

“Cheiro de queimado e ar de abandono”, descreve o repórter. Este foi o sentimento do jornalista ao começar a investigar a situação. O sentimento foi tão marcante, que esse foi o título dado a matéria, publicada na edição de sábado, dia 5 de maio de 2018.

Assim que chegou no Largo do Paissandu, jornalistas tentavam buscar mais detalhes sobre o corpo que os bombeiros haviam encontrado. O corpo de Ricardo Galvão, o Tatuagem, foi encontrado depois de mais de 22 horas de escavação manual, sem o uso de máquinas, pois os bombeiros ainda trabalhavam com a ideia de encontrar vítimas com vida.

Fernando observou a situação que mais se parecia com um cenário de guerra e percebeu, que entre os jornalistas, não haviam concorrentes. Os jornalistas trocavam informações quentes. O objetivo ali não era publicar primeiro, mas fazer o possível para melhorar aquela situação.

Por questões de segurança, todos, além dos jornalistas eram mantidos à uma certa distância dos escombros, mas per-

to suficiente para sentir o cheiro forte de queimado, que mesmo após três dias de tragédia, Fernando ainda relatou sentir.

O trabalho dos jornalistas na cobertura do caso foi muito além de publicar o que estava acontecendo no momento. As histórias publicadas pela imprensa envolvendo o Wilton Paes de Almeida são incontáveis. Os jornalistas não pouparam a mídia de detalhes e matérias com teor mais investigativo, cobrindo casos relacionados com o prédio envolvendo desde crimes corporativos, até arquitetura, história, situação econômica do país, movimentos sociais, problemas de uma metrópole e engenharia.

Durante o mês de maio de 2018, somente o G1, portal de notícias da Globo, publicou mais de 70 matérias sobre o caso, embora a cobertura do G1 tenha sido feita de forma bem tradicional, com objetivo de reconstruir a cena para os leitores, outros jornais aproveitaram a vasta quantidade de histórias com relação ao edifício e a mídia ficou consumida pelo assunto durante os primeiros meses.

O cinegrafista Abiatar Arruda, da TV Globo foi um dos únicos profissionais que conseguiu uma imagem nítida no momento do desabamento. Era um plantão de feriado, Abiatar e o repórter Guilherme Pimentel estavam fazendo uma matéria em um hospital em Itaquera, na zona leste da cidade. Marina Ferreira, uma das editoras da Globo News avisou a dupla sobre o incêndio e a equipe correu pra lá.

Guilherme e Abiatar chegaram no Largo do Paissandu por volta de 1h30, quando o fogo já tinha consumido a maior parte do edifício. Eles ficaram na avenida Rio Branco, do lado esquerdo do prédio. Assustado com a quantidade de fogo e fumaça, Abiatar teve certeza que era hora de começar a filmar.

Enquanto filmava, com um olho fechado e o outro limitado ao visor da câmera ouviu um homem dizer que haviam bombeiros tentando resgatar um rapaz. Com a câmera, procurou a cena, mas só encontrou depois de perguntar para o homem, que indicou com o dedo, onde estava a cena do resgate.

Quando o edifício caiu, a câmera do cinegrafista estava fechada no resgate. A quantidade de fumaça, fogo e deslocamento de ar foi pra cima dos jornalistas. Por puro instinto humano, Guilherme pensou em puxar Abiatar para trás, mas

percebeu que ele estava concentrado e o fogo não ia atingi-los. O resultado foi uma imagem nítida da queda do edifício. A imagem de Ricardo Pinheiro caindo junto com o prédio foi o que mais marcou o cinegrafista.

Três meses depois do desastre do Edifício Wilton Paes de Almeida, o jornalista Fred Melo Paiva, na época com 45 anos, passando pelo Largo do Paissandu de bicicleta, cruzou com todas aquelas pessoas na rua, acampadas em frente à igreja. O acampamento era típico dos movimentos de ocupação que Fred conhece bem. Quando viu os alimentos sendo preparados na cozinha comunitária não teve dúvidas. Desceu da bike e foi investigar.

“Tem alguém na liderança aqui?”, perguntou depois de conversar um pouco com o pessoal na praça. Explicou que estava lá representando a revista Carta Capital. “Somos amigos das ocupações, dos movimentos sociais”, disse a eles. “Eu era na ocasião, editor do portal da revista Carta Capital, fazia matérias e quase toda a edição”, explicou.

“O jornalismo da Carta Capital acaba sendo muito de redação. Então eles não tinham muito contato com os movimentos de ocupação. Eu peguei a pauta pra mim. Na redação eu discutia ideias diariamente, então vendi a pauta logo na primeira oportunidade. O jornalismo feito fora da cadeira, quando aparece lá é muito bem-vindo. O Mino [diretor] não é um cara que breca as ideias”, comenta sobre o processo de produção da matéria.

Fred voltou lá alguns dias para conversar com os sobreviventes e contar porque estavam ali. “Tem uma hora que a pobreza organizada ela gera uma dignidade. Mas a miséria quando ela começa a desorganizar o seu entorno, a ponto da higiene deixar de ser prioridade, a dignidade vai desaparecendo e aí você começa a se aproximar da debilidade, do vício, da pobreza. Quando cheguei ali estava diante desse tipo de miséria. Tive sensações estranhas, de pena, mas ao mesmo tempo de tristeza. Um retrato do absolutamente largado”, diz.

Fred sabia que aquele não era um movimento organizado, que a liderança não tinha objetivos concretos que normalmente fazem parte dos principais objetivos de uma ocupação e que os moradores poderiam estar sendo enganados.



Não demorou pra perceber que junto aos sobreviventes do incêndio, estavam acampados também outras pessoas em situação de vulnerabilidade, que não tinham envolvimento com o desastre, mas que estavam lá com o mesmo objetivo, de conseguir esperanças para sobreviver.

“Uma centena de famílias e de miseráveis. Sobreviventes junto com um tanto de gente que não morava no prédio. Gente que colou ali e foi chegando”. Fred acreditou em todos os depoimentos que coletou, mas “prova de que moravam no prédio não tenho nenhuma. É uma matéria impossível de solucionar, no final das contas”, comenta.

Foram produzidas matérias escritas publicadas no portal, além de uma matéria em vídeo com os depoimentos das pessoas na praça, publicada no canal da revista no YouTube. A Carta não tinha um corpo de cinegrafistas, por isso, contaram com o trabalho do fotógrafo Marcelo Justo.

“O jornalista é muito usado, de cima para baixo. Só fiz aquela matéria porque era bom pra eles. Só pude fazer daquele jeito lá porque eu era da Carta, uma publicação que se alinha com a luta deles. De certa forma fui usado. Como posso ter sido usado por oportunistas. Mas quem sou eu para chamar eles de oportunistas?”, questiona.

Assim como todas as outras matérias que já produziu, essas também foram matérias reflexivas. “A boa pauta não é uma pauta problemática, mas uma pauta que te faz pensar em muitas outras coisas”, comenta.

Essa não é a primeira vez que Fred cobre uma ocupação. Por motivos profissionais e até por uma via ativista, o repórter mineiro tem uma relação próxima com os movimentos sociais, com as ocupações e até mesmo com pessoas que lutam diariamente para se manterem vivas.

Formado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), mantém desde 2012 uma coluna no jornal O Estado de Minas. Mas foi em São Paulo que viveu incontáveis aventuras como repórter. Participou da redação de grandes revistas da capital, como a Trip, Tpm, Veja, IstoÉ, Playboy, além de ter trabalhado como editor na Trip, Estadão, Época e outros até chegar em um território até então desconhecido, a televisão.

Seu primeiro programa, “O Infiltrado” foi exibido no canal History Channel. Na tentativa de entender o outro lado, o jornalista experienciou situações que conflitam diretamente com aquilo que ele acredita.

Com a mesma metodologia, mas dessa vez com objetivo de explorar os problemas da cidade de São Paulo, seu segundo programa para a televisão, “Cidade Ocupada”, exibido na TV Gazeta foi o que mostrou seu contato e ativismo com as causas sociais. Em todos os episódios do programa, Fred retrata os sobreviventes dessa metrópole, que é hostil e inóspita com quem luta pela vida.

No episódio “Ocupar e resistir é a solução?” ele visita uma ocupação prestes a ser legalizada, conversa com representantes da especulação imobiliária, com a polícia, discute a questão da função social de uma propriedade com Guilherme Boulos, filósofo e líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e acompanha a situação dos ex-moradores do Hotel Aquarius depois de um violento processo de reintegração de posse.

Fred participa de um grupo onde estão diversos atores dessa cena, jornalistas, ativistas, líderes de movimentos, mas mesmo sendo parte do meio, não tinha muitas informações sobre as lideranças do Wilton Paes de Almeida.

“A constituição de certa maneira garante o direito das ocupações. O direito de ocupar propriedades que não cumprem função social. Mas aquele prédio era diferente, ele não tinha ligação com os movimentos que eu conheço. Uma ocupação organizada é de fato organizada, possui regras que evitam uma série de problemas, entre eles um incêndio. Mesmo assim, achava aquela ocupação esteticamente impressionante, o tamanho, o prédio, aquela fachada, bem naquele cruzamento”, comenta.





## CAPÍTULO 08

### *Poder Público*

Por volta das 4h30 da manhã daquele dia do trabalhador, algumas horas depois do desabamento do prédio, Ananias, principal líder do movimento que ocupava o edifício Wilton Paes de Almeida liga para Márcia Terlizzi, então diretora do Núcleo de Mediação de Conflitos da SEHAB.

Embora Ananias não concordasse com o objetivo da prefeitura, que era de desocupar o prédio, sua relação com Márcia era de confiança. “Acabamos criando uma relação próxima, durante essas negociações ele adquiriu muita confiança em mim, eu virei uma pessoa que ele se sentia muito à vontade para conversar”, explica Márcia.

Na ligação, Ananias contou sobre o incêndio e o desabamento do prédio. Desesperado, sem saber o que fazer, achava que todos os moradores teriam conseguido sair, mas disso não tinha certeza. Pedir ajuda da SEHAB foi a única saída que encontrou. Depois do fogo, Ananias não apareceu no acampamento.

Foi com essa ligação que Márcia ficou sabendo do desabamento. Imediatamente foi para o Largo do Paissandu, precisava ver com seus próprios olhos. Cerca de três meses antes do incêndio, ela estava com sua equipe fazendo a contagem dos moradores. O desabamento foi um choque para todos da SEHAB.

Algumas horas depois da tragédia, na época presidente da república, Michel Temer visitou o acampamento, mas foi vaiado e hostilizado desde a hora que chegou até a hora que foi embora. “Golpista!”, “Fora Temer!” gritavam as pessoas no local enquanto o ex-presidente prestava depoimento

a imprensa. O presidente precisou de ajuda da Polícia Militar para entrar no carro. Quando estava saindo, o carro foi alvo de pedras e tapas.

No dia seguinte da tragédia no Largo do Paissandu, a Defesa Civil de São Paulo anunciou que faria visitas técnicas de caráter emergencial em todas as outras ocupações do centro. A ação foi coordenada pela Defesa Civil e a SEHAB participou com seus dados e experiência.

De acordo com a prefeitura, as visitas técnicas não teriam característica punitiva e seu objetivo não era a reintegração de posse, mas coletar dados da situação das ocupações do centro, além de poder orientar como tornar as ocupações mais seguras, evitando, principalmente incêndios.

No entanto, o prefeito Bruno Covas também visitou o local e disse à imprensa que caso as vistorias apontassem riscos estruturais que comprometessem algum edifício, poderia haver reintegrações de posse. O comentário do prefeito gerou preocupação entre os representantes dos movimentos de moradia social, já que possíveis reintegrações poderiam acontecer.

A Defesa Civil organizou um grupo executivo com representantes das secretarias de Direitos Humanos, Assistência Social, Infraestrutura e Obras, Habitação, Segurança Urbana e Guarda Civil Metropolitana (GCM), além de representantes dos movimentos sociais. Também participaram representantes do Ministério Público e Tribunal de Contas.

Antes de começar as visitas, a SEHAB mapeou todas as ocupações do centro e identificou 75 prédios. As vistorias começaram no dia 7 de maio e terminaram no dia 18 de junho de 2018. De acordo com relatório final, dos 75 prédios identificados, 51 eram ocupações. Dessas, 35 eram em prédios particulares e as outras 16 em prédios públicos.

Durante as visitas, três prédios foram interditados por não contarem com segurança mínima. Dez estão com processos de reintegração de posse em andamento. Em outros 11 prédios a prefeitura quer transformá-los em moradias populares.

“Nas visitas, foram observados diversos itens relacionados à segurança da edificação, como eletricidade irregular, escadas desprotegidas, uso de gás, ausência de alarme e iluminação de emergência. O principal objetivo dessa primeira fase é apresentar

um panorama geral, a partir da consolidação dos dados apurados nas visitas, para apontar estratégias e ações de mitigação de risco e segurança das famílias residentes nessas ocupações. Ao todo são 11 mil pessoas vivendo nesses locais (3.551 famílias)”, diz nota da Prefeitura à imprensa de julho de 2018.

O grupo executivo foi dividido em três equipes, que se revezaram durante três vistorias por dia, uma de manhã e duas de tarde. O principal objetivo das equipes foi avaliar a situação estrutural dos prédios, qual o risco de incêndio e se os moradores estavam seguros lá. Além disso, no final de cada visita, o grupo apresentava quais eram as mudanças de segurança que deveriam ser feitas no prédio. Um outro grupo de acompanhamento dessas recomendações foi criado no final do trabalho do grupo executivo.

A arquiteta Laura Lourenção, da SEHAB, participou da maioria das visitas. Ela conta que cada representante de cada secretaria tinha uma função específica. “A função da SEHAB era fazer a ponte entre os movimentos de ocupação e a prefeitura”, explica.

O coordenador da Defesa Civil, Edison Ramos de Quadros, também foi um dos responsáveis pelas vistorias. Ele explica que as principais atribuições do grupo executivo foi realizar vistorias técnicas, elaborar relatórios, apontar medidas mitigadoras que devem ser adotadas e estabelecer articulação entre proprietários, moradores e o Poder Público. Essas medidas deveriam gerar dados suficientes para emitir relatórios de requalificação de segurança e condições dos imóveis.

Para o coordenador, a questão social e habitacional da cidade não foi ignorada. “Essa não foi uma ação fiscalizatória, com objetivo de punir os edifícios em péssimas condições, mas sim uma oportunidade de diagnóstico e melhoria desses prédios”, diz.

Nos prédios o grupo observou características estruturais da instalação, sistema de proteção contra incêndio, características de condição e uso, fachada, condições de abandono e acesso, compartimentação e acabamento interno, condições das instalações elétricas, condições das habitações, organização e limpeza. Essas características foram analisadas para identificar o risco estrutural, o risco de acidente e o risco de incêndio de cada prédio.

Edison explica que é desejável que não aconteça acidentes nem incêndios. Mas para que não ocorram incêndios é necessário comportamento de segurança, controle de fontes de ignição e controle de materiais combustíveis. Já para que não ocorram acidentes é necessário cuidar dos fios desencapados e proteger os vãos abertos, para que não caiam pessoas ou itens domésticos na rua.

Para que prédios sejam considerados seguros, eles devem ser capazes de evitar que esses acidentes aconteçam como também devem ter capacidade de conter o fogo em caso de incêndio, além de corredores e saída livres, para que seja possível o abandono imediato do edifício.

“Onde não foram identificadas medidas mitigadoras razoáveis, viáveis ou suficientes para reduzir os riscos de acidente, incêndio ou ruína da edificação, indicou-se a remoção dos moradores, em razão do alto risco à vida e à integridade física das pessoas, propondo-se a desocupação preventiva da edificação”, disse Edison durante o Seminário de Acidentes Prediais do Instituto de Engenharia em setembro de 2018.

O principal problema encontrado nas ocupações foi a falta de rota de fuga e de extintores, assim como ligações irregulares de eletricidade. Para o secretário de habitação de São Paulo, Fernando Chucre, a situação das ocupações no centro de São Paulo não é preocupante. Segundo o secretário, as ocupações visitadas apresentam condições superiores a do edifício que desabou no Largo do Paissandu e são coordenadas por movimentos organizados.

A primeira interdição imediata do grupo foi na ocupação da Rua do Carmo, número, 88. Edifício de estacionamento inacabado, com estrutura exposta. As paredes que estão construídas possuem buracos. O concreto e os tijolos estão expostos. Não há luz, água e muito menos saneamento básico. O lixo é jogado no vão interno dentro do edifício, como também ao redor da torre do lado de fora. Na região o prédio é conhecido por diversos apelidos, como “caveirão”, “favelão” e “clandestino”.

Nesta ocupação viviam 79 famílias, que foram cadastradas para atendimento emergencial. As famílias devem receber auxílio-aluguel, semelhante ao dado a algumas famílias vítimas do Wilton Paes de Almeida ou serão encaminhadas para abrigos.



“Este prédio foi construído para ser um edifício garagem. Só tem uma entrada, feita para carros. Ao entrar, uma única escada de madeira dá acesso aos andares superiores. Além disso ele tem um formato único: um grande vão no meio, onde era para ser instalado o elevador de carros e as “garagens” de cada lado. Ou seja, o prédio tem um buraco no meio, onde acumula lixo e todas as escadas que levam pros outros andares são de madeira. Se o prédio pegasse fogo, as escadas provavelmente queimariam e todas as famílias morreriam. A partir do momento que a prefeitura tem conhecimento dessa situação ela não pode deixar aquelas pessoas lá. A única organização que tinha lá era o tráfico. Tráfico muito pesado. O risco lá era imenso. Qualquer incêndio poderia matar todo mundo”, conta Márcia.

O segundo prédio a ser desocupado foi uma ocupação na rua Harry Dannenberg, na zona leste. Esta ocupação é a única que não fica no centro, mas foi adicionada ao roteiro de visitas devido às péssimas condições de sua estrutura e seu risco de desabamento iminente. A única diferença com relação ao Caveirão é que essa possui escadas de concreto. Já a terceira ocupação a ser interditada foi uma antiga padaria entre os bairros Vila Prudente e Mooca, onde foram construídas subdivisões com madeira.

Laura explica que os prédios que foram interditados não eram seguros, já que suas construções estavam inacabadas. “Não eram nem prédios, eram carcaças de prédio. Não precisava o Wilton Paes de Almeida ter caído para retirar aquelas pessoas de lá. Era muito precário”.

Com exceção das ocupações interditadas, onde foi feito cadastro e contagem dos moradores, as ocupações que não foram interditadas não passaram por contagem de moradores. No entanto, durante as visitas o grupo executivo perguntou as lideranças sobre a quantidade de moradores.

A estimativa das visitas técnicas é que sejam mais de 3500 famílias divididas entre as 51 ocupações visitadas. Um total de cerca de 10500 pessoas. O relatório final estima que, dessa população, 86% seja idosa, 61% possa ter algum tipo de deficiência e em 58% das ocupações moram imigrantes e refugiados de países como Bolívia, Peru, Haiti, Venezuela, Angola,

Congo, Costa do Marfim, Guiné Bissau, Palestina, China, Síria, entre outros. Além disso, metade dos imóveis ocupados possuem dívida ativa. Somadas as dívidas atingem cerca de R\$ 132 milhões de reais.

No dia seguinte da queda do Wilton Paes de Almeida, o Ministério Público Federal instaurou um inquérito com objetivo de apurar e indicar quem são os responsáveis pelo caso. Não demorou para a Polícia Civil identificar Ananias Pereira dos Santos, Hamilton Coelho Resende, Nireude de Jesus, Ricardo Luciano Lima, o Careca e Irmanil, conhecida por apenas Nil como os principais líderes.

A cobrança do “aluguel” foi um dos pontos que mais chamou atenção do Departamento de Investigações Criminais (DEIC) e da Delegacia de Investigações Gerais (DIG). O inquérito desta investigação foi um pedido do então secretário de segurança pública de São Paulo, Máximo Alves Barbosa. Ele acredita que a cobrança de aluguel pode ser caracterizada como extorsão e lavagem de dinheiro.

Ricardo Lima, o Careca, indicado como coordenador da ocupação foi um dos primeiros a prestar depoimento à polícia. No dia 4 de maio de 2018 ele disse à corporação que o pagamento dos moradores era usado para compra de bombas de água, para abastecer o edifício. Neste mesmo dia, Ananias também prestou depoimento à polícia.

No final de 2018, o 3º Distrito Policial da Santa Ifigênia acusou Ananias, Nireude e seu genro Hamilton por “crimes de perigo comum” ou “incolumidade pública”. A investigação conclui que o trio foi responsável pelo incêndio e desabamento do Wilton Paes de Almeida. O processo, assinado pelo delegado Roberto Krasovic foi encaminhado para o Ministério Público.

A 3ª Delegacia de Polícia de Investigações sobre Fraudes Financeiras e Econômicas apresentou um mandado de busca e apreensão nas residências de 17 investigados em junho de 2019. De acordo com o delegado André Vinicius Alves Figueiredo, há indícios de que essas 17 pessoas possam ser responsáveis por extorsão, conduta tipificada no artigo 158 do código penal.

“Desta forma, necessário se faz a realização de buscas nos endereços dos investigados abaixo, com vistas a localizar e apreender documentos atinentes à investigação em tela, no-

tadamente documentos contendo conteúdo contábil e financeiro, bem como outros que possam indiciar o envolvimento direto dos investigados no esquema ilícito ora apurado”, escreve o delegado em um documento apresentado à Tamara Priscila Tocci, juíza do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Os 17 investigados são Ananias Pereira dos Santos, Edinalva Silva Franco Pereira, Carmem da Silva Ferreira, Maria Aparecida Ferreira, Andreyra Tamara Santos de Oliveira, Hamilton Coelho Resende, Liliane Ferreira dos Santos, Adriana Aparecida França Ferreira, Sidney Ferreira Silva, Manoel Del Rio Blas Filho, Janice Ferreira Silva, Elisete Pereira da Costa, Wagner Lopes Sad, Juvenal da Conceição Pereira, Welida Alves Caetano Ribeiro, Angélica dos Santos Lima e Josiane Cristina Barranco.

No dia 15 de junho de 2019, Marco Antonio Martin Vargas, juiz do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), autoriza o mandado de busca e apreensão e ainda decreta a prisão temporária (cinco dias) a nove desses investigados. “Decreto as prisões temporárias dos averiguados Ananias Pereira dos Santos, Edinalva Silva Ferreira, Carmen da Silva Ferreira, Andreyra Tamara Santos de Oliveira, Hamilton Coelho Resende, Sidney Ferreira da Silva, Janice Ferreira Silva, Angélica dos Santos Lima e Josiane Cristina Barranco”. O mandado de prisão temporária foi logo convertido em prisão preventiva (de até 360 dias).

De acordo com o juiz, as prisões “se revelam necessárias para garantir a continuidade das investigações, inclusive, com a possibilidade de se obter maiores elementos acerca das graves condutas criminosas noticiadas e, ainda, para evitar que venham a se furtrar dos procedimentos a serem realizados pela Autoridade Policial e para proteção das testemunhas protegidas mas, não vislumbro a premência e necessidade, por ora, de se decretar as prisões temporárias dos demais averiguados por ser medida extrema e cuja investigação deve ser mais aprofundada para verificação da participação de cada um destes no comando dos crimes de extorsão”. O juiz deixa claro (fonte 4 valores maior que o resto do texto, *itálico e negrito*), que “fica proibida o acesso da imprensa durante a diligência [busca e apreensão]”.

De acordo com o portal de notícias G1, no dia 24 de junho de 2019, quatro dos nove investigados foram presos: os irmãos Sidney e Janice Ferreira da Silva, conhecida como Preta Ferreira, do Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC), Angélica dos Santos Lima e Edinalva Silva Pereira, ambas do Movimento de Moradia para Todos (MMPT).

Como investigou a polícia, Hamilton Coelho Resende também fazia parte da coordenação do Wilton Paes de Almeida. Já Carmen da Silva Ferreira, Sidney Ferreira Silva e Janice “Preta” Ferreira Silva, são uma família, sendo Carmen a mãe e Sidney e Janice seus filhos, os três seriam os responsáveis pelo MSTC que ocupa o antigo prédio do INSS, na avenida 9 de Julho, centro de São Paulo. Já Edinalva Silva Franco Pereira e Angélica dos Santos Lima seriam coordenadoras do MMPT.

A acusação é que todos os 17 investigados tenham participação direta na coleta dos pagamentos das ocupações que fazem parte, mas isso não significa que tenham ligação com a ocupação do Wilton Paes de Almeida.

Angélica dos Santos Lima, do MMPT foi absolvida pelo TJ-SP no dia 3 de setembro de 2019. O TJ-SP absolveu também os irmãos Janice e Sidney Ferreira no dia 10 de outubro de 2019. Já Edinalva Silva Pereira foi absolvida no dia 17 de outubro de 2019. Nireude, Hamilton e Ananias, indicados como os responsáveis pela ocupação do Wilton Paes de Almeida não se apresentaram à polícia.

A Plataforma de Direitos Humanos Dhesca Brasil, uma rede de organizações e articulações da sociedade civil para desenvolvimento de ações em defesa dos direitos humanos publicou em dezembro de 2019 o “Relatório sobre a criminalização de movimentos de moradia na cidade de São Paulo”, onde acusa a justiça e o governo de São Paulo de perseguir movimentos de moradia após a queda do Wilton Paes de Almeida, mesmo que esses movimentos não tenham relação com a ocupação em questão.

Em janeiro de 2020 a Prefeitura de São Paulo fecha um acordo com o governo federal para receber, por doação, mas dessa vez de forma efetiva, o terreno na esquina da avenida Rio Branco com a rua Antônio de Godói, antigo endereço do edifício Wilton Paes de Almeida. O acordo foi formalizado em maio do mesmo ano.

O plano da prefeitura é construir um prédio de moradia popular, com 14 andares e cerca de 90 apartamentos, dedicados para a população de baixa renda. A construção do prédio faz parte do programa “Pode Entrar” da prefeitura, que busca construir moradia acessível.

Em fevereiro de 2020, o prefeito Bruno Covas, afirmou que o projeto não vai dar prioridade aos ex-ocupantes do Wilton Paes de Almeida, mas sim as famílias que já estão cadastradas na lista de espera da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB).

Em abril de 2020, o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que autoriza que imóveis da União sejam vendidos em bloco. Esse projeto de lei busca minimizar a quantidade de propriedades da união que não estão cumprindo função social e abandonadas. A população espera que tragédias como essa, não aconteçam novamente.